



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS I

CENTRO DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

VERIANA MARTINS DOS SANTOS

**LAMPIÃO E O CANGAÇO – CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS A PARTIR
DE REPRESENTAÇÕES EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO**

CAMPINA GRANDE

2022

VERIANA MARTINS DOS SANTOS

**LAMPIÃO E O CANGAÇO – CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS A PARTIR
DE REPRESENTAÇÕES EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de História do
Centro de Educação da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em História

Orientador: Professor Doutor Francisco Jomário Pereira

CAMPINA GRANDE

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237I Santos, Veriana Martins dos.

Lampião e o cangaço [manuscrito] : considerações historiográficas a partir de representações em livros didáticos do ensino médio / Veriana Martins dos Santos. - 2022.

47 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Francisco Jomário Pereira , Departamento de Educação - CH."

1. Livro didático. 2. História do cangaço. 3. Ensino de história. I. Título

21. ed. CDD 372.89

VERIANA MARTINS DOS SANTOS

LAMPIÃO E O CANGAÇO – CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS A PARTIR
DE REPRESENTAÇÕES EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de História do
Centro de Educação da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em História

Área de concentração: Ensino de História

Aprovada em: 09/ 12/ 2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Jomário Pereira
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Profª Me. Jakeline Pereira Alves
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Profª Me. Jaqueline Michele França Martins
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

CAMPINA GRANDE

2022

À minha maior realização pessoal:
amar e ser amada por uma gotinha de
Nordeste que nomeei Isadora, minha filha.

RESUMO

Objetivamos, no decorrer deste trabalho, discorrer sobre o nível de relevância do Cangaço e da figura histórica de Lampião para o ensino da disciplina História a partir dos livros didáticos distribuídos à terceira série do Ensino Médio. Para cumprirmos com nosso objetivo, descrevemos e analisamos os seguintes livros: *História* (AZEVEDO; SERIACOPI, 2005); *Ciências humanas e suas tecnologias* (MURRIE, 2006); *História: das cavernas ao terceiro milênio* (BRAICK; MOTA, 2016); *História: sociedade e cidadania, 3º ano* (BOULOS JÚNIOR, 2016); *História: passado e presente* (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016); *Moderna Plus: ciências humanas e sociais aplicadas* (BRAICK et al, 2020); *Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas* (KARNAL et al, 2020). Com respaldo em nossas considerações analíticas do tema quando apresentado nas referidas obras, chegamos à conclusão de que expõem resquícios de historicidade nem sempre condizentes com a realidade dos fatos e, quase sempre, determinados por vieses universalistas, reducionistas e equivocados que demonstram o descompromisso do saber didático em acompanhar o saber histórico a esse respeito. Também se fez pertinente fazer uma análise do próprio tema deste trabalho perante conceituações teóricas, haja vista a necessidade de conhecimentos a serem comparados com os expostos nos livros didáticos acima, pelas quais chegamos a atribuir o Cangaço como um Fenômeno Social e, também, Guerra Civil, descartando descrições que, em torno de si, o definem como Movimento, Revolução e Banditismo Social. Para efeitos teórico-metodológicos, nomes como Hobsbawn (1983), Wiesebron (1996), Arendt (2011), Batista (2012), Hobsbawn (2015), Dias e Soraya (2021), Silva (2022) e Walter (2022), dentre outros, surgiram para alicerçar nossas considerações.

Palavras-Chave: Cangaço. Lampião. História. Livros Didáticos.

ABSTRACT

We aim, in the course of this work, to discuss the level of relevance of Cangaço and the historical figure of Lampião for the teaching of History from the textbooks distributed to the third grade of High School. In order to fulfill our objective, we describe and analyze the following works: História (AZEVEDO; SERIACOPI, 2005); Human sciences and their technologies (MURRIE, 2006); History: from caves to the third millennium (BRAICK; MOTA, 2016); History: society and citizenship, 3rd year (BOULOS JÚNIOR, 2016); History: past and present (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016); Moderna Plus: applied human and social sciences (BRAICK et al, 2020); Identity in action: applied human and social sciences (KARNAL et al, 2020). Supported by our analytical considerations of the theme when presented in the aforementioned works, we came to the conclusion that they expose remnants of historicity that are not always consistent with the reality of the facts and, almost always, determined by universalist, reductionist and mistaken biases that demonstrate the lack of commitment of knowledge didactic in accompanying historical knowledge in this regard. It was also pertinent to make an analysis of the theme of this work in the face of theoretical concepts, given the need for knowledge to be compared with that exposed in the textbooks above, for which we came to attribute Cangaço as a Social Phenomenon and, also, Civil War, discarding descriptions that define it as Movement, Revolution and Social Banditry. For theoretical-methodological purposes, names such as Hobsbawn (1983), Wiesebron (1996), Arendt (2011), Batista (2012), Hobsbawn (2015), Dias and Soraya (2021), Silva (2022) and Walter (2022), among others, emerged to support our considerations.

Keywords: Cangaço. Lampião. History. Textbooks.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 7 |
| 2. O CANGAÇO EM FACE DA TEORIA: CONCEITOS E DEFINIÇÕES..... | 11 |
| 2.1. Uma ótica hobsbawniana do Cangaço e seus integrantes..... | 12 |
| 2.2. O Cangaceirismo segundo terminologias teóricas..... | 15 |
| 2.3. O Cangaço enquanto guerra civil..... | 20 |
| 3. REPRESENTAÇÕES EM LIVROS DIDÁTICOS DO CANGAÇO E LAMPIÃO | 23 |
| 3.1. O que nos contam os Livros Didáticos..... | 24 |
| 3.1.1. O Cangaço, Lampião e os Livros Didáticos: 2005/2006..... | 24 |
| 3.1.2. O Cangaço, Lampião e os Livros Didáticos: 2016..... | 27 |
| 3.1.3. O Cangaço, Lampião e os Livros Didáticos: 2020..... | 33 |
| 3.2. O que nos contam as histórias não contadas | 35 |
| 4. CONSIDERAÇÃO FINAIS | 37 |
| REFERÊNCIAS..... | 41 |
| ANEXO A – AZEVEDO E SERIACOPI (2005) | 43 |
| ANEXO B – MURRIE (2006)..... | 44 |
| ANEXO C – BRAICK E MOTA (2016)..... | 45 |
| ANEXO D – BOULOS JÚNIOR (2016)..... | 46 |
| ANEXO E – AZEVEDO E SERIACOPI (2016)..... | 47 |
| ANEXO F – BRAICK <i>ET AL</i> (2020)..... | 48 |
| ANEXO G – KARNAL <i>ET AL</i> (2020) | 49 |

1. INTRODUÇÃO

Dentre as tantas histórias que dizem respeito ao Nordeste brasileiro e o povo nordestino, bem se sabe que o período entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX deixou marcas que se propagam através dos anos como um eco que nunca se dissipa, uma voz que não se deixa calar pela passagem do tempo, sobretudo pela eclosão de movimentos, revoltas, fenômenos, como queiram chamar os teóricos, em resposta ao descaso com a população geral, à insatisfação pelo modo de vida precário e pela alta concentração de lucro e terras nas mãos de grandes fazendeiros e/ou políticos.

Desse modo, entre 1870 e 1940, do Cangaço Dependente se deu o advento do Cangaço Independente¹, formado inicialmente por grupos de homens armados que não se continham perante a força do Estado ou das volantes (grupos policiais treinados para o combate, senão a caça, aos cangaceiros), encarados por estes e pelos grandes proprietários de terras como criminosos, enquanto parte da população geral podiam os ter por heróis, justiceiros, vingadores. Entre tantos, sobre-excede-se até os dias atuais o nome de Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião.

Do Banditismo Social ao Cangaço (conceitos que serão explorados no decorrer deste trabalho), do extremismo vilanesco ao heroísmo, do defensor dos oprimidos ao criminoso inconsequente, do bravo ao covarde, o que sabemos da(s) história(s) de Virgulino Ferreira da Silva está repleto em dicotomias, quase não havendo espaços e vozes a fim de unificar as tantas imagens de Lampião, preocupadas em lidar com o movimento que foi o citado cangaceiro de forma não romantizada, saudosista e tampouco demonizante.

Nesse íterim, a vida e a figura do “rei do Cangaço” faz parte de uma das mais contadas não-ficções da história do Nordeste, seja pela cinematografia com obras como *O Cangaceiro* (BARRETO, 1953), que inaugurou o gênero fílmico *Nordestern*²;

¹ O Cangaço já era prática recorrente por homens também conhecidos como jagunços que, sendo filiados aos mandos de políticos e fazendeiros, trabalhavam em vista de lhes proteger e assegurar “suas” terras, seja contra a invasão de pessoas marginalizadas, seja no combate a outras famílias oligárquicas, seja no enfrentamento (ou política de extermínio) aos povos indígenas.

² “O termo *Nordestern* é um neologismo criado pelo pesquisador Salvyano Cavalcanti de Paiva na década de 1960 e foi atribuído aos diversos filmes realizados sobre o cangaço nesse período. Este termo é uma referência direta ao western clássico que muito influenciou os filmes de cangaço a partir dos anos 1950. Nesse sentido, o cangaço passou a ser um gênero com características estruturais comuns, criando uma vertente nacionalista com referências diretas ao gênero norte-americano” (MORAES; VIEIRA, pág. 685, 2016).

no cancionero regional de Luíz Gonzaga, com *Lampião Falou* (VENÂNCIO; NASCIMENTO, 1981); referenciado numa dualidade demoníaco-sensual em *Lampião Disfarçado* (BROKEN, 2021), e ainda como sinônimo de luta e bravura na música *Bruxa Cangaceira* (BROKEN, 2021) que intitula o primeiro álbum da travesti sergipana Isis Broken; vivenciado em grandes romances como *O Auto da Compadecida* (SUASSUNA, 1955) e personificado na comédia audiovisual homônima sob direção de Guel Arraes no ano 2000; ou, por fim, tornando-se tema de livros didáticos no concernente à história do Cangaço.

Embora pautadas na realidade, certamente muitas dessas e outras histórias que contam do cangaceiro – e do Cangaço – não se fazem totalmente críveis, haja vista que passam quase sempre pelo crivo questionável de quem as elabora/expõe, sobretudo porque há vinculados a essa figura e sua vida interesses específicos, na esperança de obter bons grandes contos quanto à vida do Lampião justiceiro, heroico, desbravador ou objetivando expor realidades não tão virtuosas ao falar sobre o Lampião hediondo, criminoso, desordeiro. Adjetivos estes que em uma união entre cinema, teatro, cordel, romance, novela, pintura, quadrilha, rap, forró, livros de história (etc.) fazem de Lampião “aquele que não é riscado das páginas do esquecimento, nem o cangaço que, por muito tempo, o acompanhou, assim como os seus homens, assim como suas mulheres...” (SANTOS, pág. 26, 2014).

Desse modo, o que temos de mais básico a saber sobre como se moldaram as histórias do Cangaço e de seus partícipes é o fato de que exteriorizam valores e visões que, dos em torno de setenta anos (1870 a 1940) em que vigorou essa singular forma de banditismo, partiam principalmente das classes dominantes a fim de desmistificar o imaginário popular e/ou ressignificar negativamente a imagem do Cangaço, colonizando os saberes a respeito, tentando a todo custo apagar da história que o Cangaço pode ter surgido por meio de outros fins, e para outros fins, ainda que muitos de seus feitos tenham seguido por caminhos nebulosos e violentos.

Perante o exposto, há neste trabalho o objetivo de averiguar qual o tratamento dado à história do Cangaço, destacando a figura lampiônica sempre que possível, em livros didáticos distribuídos às escolas na série final do Ensino Médio, sabendo-se que tais temáticas são reservadas no currículo, recaindo geralmente por sobre o terceiro ano da terceira etapa do Ensino Básico. Pensando neste propósito, foram analisadas as seguintes obras: *História* (AZEVEDO; SERIACOPI, 2005); *Ciências humanas e suas tecnologias* (MURRIE, 2006); *História: das cavernas ao terceiro milênio*

(BRAICK; MOTA, 2016); *História: sociedade e cidadania, 3º ano* (BOULOS JÚNIOR, 2016); *História: passado e presente* (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016); *Moderna Plus: ciências humanas e sociais aplicadas* (BRAICK et al, 2020); *Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas* (KARNAL et al, 2020).

O porquê da escolha em se pormenorizar a história contada nos livros didáticos surge primeiro da iminência de nordestinidade desta que vos escreve, sendo definida pela “capacidade ou sentimento de pertencer ao Nordeste, congregando e assimilando a cultura, sociabilidades, hábitos, história e tradições da região” (DUTRA, 2011, pág. 3), tentando manter viva, bem como recriar, já que a história pode e deve ser vista como um fluxo contínuo, a memória nordestina e saber o quanto dessa memória ainda prevalece (ou não) relevante para a formação básica no tocante à figura de Lampião e seu entorno; em seguida, ainda que possam existir constatações de “que a escrita do livro didático recorta, simplifica, seleciona, sintetiza e categoriza temporalidades e processos históricos oriundos das reflexões históricas e historiográficas” (CARDOSO, 2019, pág. 2), é ele, ainda, “a ferramenta mais acessível quando se fala em bem comum, e por isso se torna a principal referência para trabalhar o ensino de história” (REIS; BARBOSA; RODRIGUES, 2012, pág. 1).

Havendo, ainda, a necessidade de aportes teóricos mais contundentes e expressivos quanto ao tema e assuntos relevantes, da pesquisa realizada, surgirão no decorrer dos capítulos textos advindos de diferentes outros materiais, tais como: *Historiografia do Cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional* (WIESEBRON, 1996); *Sobre a Revolução* (ARENDDT, 2011); *Patrimônio e região: uma leitura do cangaço como patrimônio cultural nordestino* (BATISTA, 2012); *Memórias de ex-cangaceiras contadas a partir de uma escrita de si* (SANTOS, 2014); *Bandidos* (HOBSBAWN, 2015); *Apagando o Lampião: vida e morte do rei do Cangaço* (MELLO, 2019); *Olhares sobre o Cangaço (1930-1990)* (DIAS; SORAYA, 2021); *A representação do cangaço nos livros didáticos de história do ensino médio e fundamental da rede estadual de Pernambuco: uma abordagem decolonial* (SILVA, 2022); *Como as guerras civis começam: e como impedi-las* (WALTER, 2022), dentre outras leituras que poderão surgir no decorrer deste estudo.

Vale ressaltar que aqui não se pretende o levantamento de suposições/hipóteses a respeito do caráter do senhor Virgulino Ferreira da Silva, a fim de lhe dar respostas afirmativo-conclusivas que digam de sua bondade, maldade,

justiça, ou como proferirem as tantas autorias que já se debruçaram perante sua vida; bem como não há pretensões julgativas quanto ao fenômeno Cangaço, a ponto de lhe oferecer um desfecho meramente execrável ou apoteótico. Este trabalho segue uma linha de raciocínio assegurado na análise historiográfica que fazem os livros didáticos no condizente aos temas supracitados, evidenciando-se as marcas que Lampião e o Cangaço deixaram na história e como estão apresentadas nas obras analisadas, tencionando sanar dúvidas sobre a importância da persona e dos fatos tanto para o ensino de História quanto para a atualidade como um todo e, dentro das possibilidades, discutindo suas relações com a realidade.

A base pós-introdutória deste trabalho ficou delineada ao seguinte molde: subdividida em três pontos, o capítulo 2 – O Cangaço em face da teoria: conceitos e definições – explora, apresenta e justifica os porquês de termos constituído o Cangaço enquanto Fenômeno Social e Guerra Civil, reconhecendo sua potencialidade para a Revolução Social mas a descartando, equitativamente também o distanciando das conceituações teóricas para os termos Movimento Social e Banditismo Social; logo após, o capítulo 3 – As representações didáticas do Cangaço e Lampião – está subdividido em dois tópicos, nos quais estão expressas nossas descrições e análises das representações temáticas deste trabalho em livros didáticos específicos e observações a respeito da importância deles e o que dizem essas representações, diante o que expõem e o que ocultam, e da forma como o fazem.

Nas considerações finais, no capítulo 4, reiteramos nossas opiniões e concepções do que foi exposto, e dizemos da importância tanto do estudo sobre o Cangaço e seus integrantes quanto da descrição justa, verossímil e abrangente do tema em livros didáticos, para evitar que continuemos a perpetuar visões unilaterais e equivocadas a respeito de um fenômeno tão significativo para o Brasil, em especial para o Nordeste. Tendo sido, tais considerações, resultantes das conclusões analíticas, nas quais identificamos uma visão universalista, unilateral e absolutista sobre o fenômeno Cangaço, a falta de revisão teórica, equívocos e contradições, e naturalização do caos e da miséria frente a outros motivos que levaram ao desenvolvimento do cangaceirismo, além da protagonização de Lampião em detrimento de outros nomes também importantes, e desvalorização das figuras femininas que ou não são citadas ou surgem à sombra dos cangaceiros.

2. O CANGAÇO EM FACE DA TEORIA: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

O aparecimento do cangaço está relacionado ao sistema político, jurídico, econômico e social do Nordeste brasileiro; à decadência e reveses da cadeia produtiva ligada à agricultura e pecuária, à vida de penúria da população sertaneja, às penosas secas, à ausência do poder público, às injustiças advindas dos “coronéis” e seus jagunços, às rivalidades e brigas fratricidas entre clãs familiares, aos abusos e truculência da polícia, aos códigos de honra, vingança e violência do sertão, à fragilidade das instituições responsáveis pela lei, ordem e justiça, à falta de perspectivas e esperanças de dias melhores (DOMINGUES, 2017, pág. 4).

Acima, Petrônio Domingues, doutor em História Social pela USP, elucida-nos sobre o âmago do nascimento do cangaceirismo, não a fim de lhe dar justificativas, mas, com certeza, no intento de expor que o Cangaço tem relações intrínsecas com uma série de circunstâncias que estão para muito além de violência organizada e/ou práticas robin-hoodianas.

Por conseguinte, a citação é escurecedora³ para lidarmos com o fato de que o cangaceirismo surgiu perante um estado de total calamidade social, política, econômica e, talvez principalmente, democrática, considerando as fragilidades do sistema de um modo geral e do descaso e despreocupação do próprio para com a população comum, o que faz com que meras menções ao Cangaço o forçando a conceituações simplistas, reducionistas, unilaterais como as acima citadas sejam operações contraproducentes e, por este motivo, precisamos pensá-lo por uma perspectiva mais abrangente, que objetive não apenas determiná-lo, mas construí-lo conforme suas nuances e singularidades.

Sabendo disso, é importante delimitar qual o lugar conceitual em que se insere de fato a época dos cangaceiros: seria, portanto, um Fenômeno Social, um Movimento Social ou uma Revolução Social como dizem diversos estudos a seu respeito ou, ainda, todas estas alternativas emergindo a partir do conceito de Banditismo Social advindo dos trabalhos de Hobsbawn para desaguar no de Guerra Civil?

Para chegarmos a isso, foi necessário antes, estarmos cientes de como esses termos são teoricamente definidos e em que nível terminológico se encontram os cangaceiros e o Cangaço em si. Nossas considerações a respeito, seguem apresentadas nos próximos pontos deste trabalho

³ O termo “escurecedora” surge como uma prática atual de ressignificação linguística de vocábulos derivados do verbo “esclarecer”, agindo para uma prática da linguagem mais antirracista e decolonial.

2.1. Uma ótica hobsbawniana do Cangaço e seus integrantes

Tendo como alicerce os escritos de Hobsbawn, *Rebeldes Primitivos* (1959) e *Bandidos* (1969)⁴, abaixo abordamos as formas como o bandido é descrito conceitualmente para, desse modo, podermos melhor delimitar o local dos cangaceiros no meio teórico.

Segundo o autor, os bandidos estão subdivididos em três principais categorias:

o **ladrão nobre**, inspirado em Robin Hood e idealizado como um ladrão humilde e bondoso, paladino que corrige os erros e luta pela equidade social; os **Vingadores**, que possuem características heroicas, mas que utilizam da violência em demasia, que geralmente não são tratados como defensores da justiça e que, portanto, a partir disto, constroem para si um universo ético próprio e os **Haiduks**, indivíduos que não tinham um compromisso imediato com a rebelião contra as autoridades, mas que constantemente combatiam a serviço de senhores rurais em troca do reconhecimento local e ajudando o Estado contra invasões estrangeiras (NUNES, 2021, pág. 245 – grifo nosso).

Logo, ao discorrer sobre os dois primeiros tipos, especialmente por suas inspirações robin-hoodianas, o que o historiador tinha como parte de suas pretensões era chegar ao modelo ideal de Bandido Social, aquele que, não importando muito suas motivações para fazer-se bandido

[...] tentará ser o homem que rouba do rico para dar ao pobre e que nunca mata, salvo por legítima defesa ou por vingança justa. É praticamente obrigado a fazê-lo, porque se pode roubar mais do rico que do pobre e porque se lhe tiram o que é seu do pobre, ou se converte em assassino ilegítimo, ou desperdiça seu melhor trunfo, a ajuda e a simpatia públicas (HOBBSAWN, 1983, pág. 37 – tradução nossa).

Ainda nesse aspecto, Hobsbawn (1983, pág. 37 – tradução nossa) afirma que o cumprimento de seus objetivos pode derivar tão somente porque dentro de uma sociedade pré-capitalista, ele é uma pessoa que, em sua situação, o seu poder e posição evidencia por meio de sua generosidade e, ainda que não enxergue suas ações como protesto social, há a possibilidade de que, a partir da opinião pública, mesmo sendo um criminoso profissional, chegue a se enquadrar na imagem que foi formada a partir das leituras sociais de si.

⁴ Neste artigo, foram usadas as edições encontradas disponíveis no meio virtual, sendo elas: *Rebeldes Primitivos*, a primeira edição da Coleção Ariel, Editorial Ariel S. A., de 1983, em castelhano; e *Bandidos*, a quarta edição, pela editora Paz & Terra, de 2015, em português.

Quanto aos chamados Vingadores, o pesquisador reluta em classificá-los dentro do conceito de Banditismo Social, uma vez que o descreve pela capacidade que o Bandido Social tem de moderar suas ações quanto à violência e o assassinato (HOBBSAWN, 2015, pág. 93), enquanto acentua que o colombiano Efraín González⁵ e o brasileiro Lampião se assemelham quanto à crueldade indistinta de ambos, fazendo dela parte de sua imagem pública em contraste à imagem quase universal do Bandido Nobre, que invariavelmente ressalta sua moderação em matar (HOBBSAWN, 1983, pág. 273).

Até mesmo o termo utilizado (Vingadores) pode ser um equívoco linguístico, uma vez que esta categoria pode surgir inicialmente a partir da vingança, mas a vingança não a descreve como um todo, posto que são “menos desagradadores de ofensas do que vingadores e executores de poder” (HOBBSAWN, 2015, pág. 94). Diante disso, “não são vistos como agentes de justiça [...] e sim como homens que provam que até mesmo os fracos e pobres podem ser terríveis” (HOBBSAWN, 2015, pág. 94).

Estando expostas as observações hobsbawnianas, cabe ressaltar que, validada a importância de seus estudos, seu trabalho também teve o parecer de críticas negativas por ignorar outras formas de Banditismo e tecer observações genéricas para suas análises, tal como por demonstrar certa tolerância, que pode, inclusive, ser interpretada como uma maneira de justificá-lo. Pessoalmente, incluímos nessa lista a indiferença (proposital ou não) acerca de se pormenorizar traços de fluidez, a consolidar que a figura humana não é estática e delinear com mais perspicácia que se poderia passar de um arquétipo de Banditismo a outro, por escolha ou por fatores externos ao sujeito. Há, também, muita controvérsia em especular os limites e nuances que distinguem o Banditismo Social de outras formas de Banditismo, além de concessões pontuais para fins de justificar não haver exemplos mais sustentáveis e variados do Bandido Social.

Mesmo assim, como complementa Chandler (1984, pág. 65), de modo que dificilmente cheguemos a uma conclusão do que o Banditismo representa na tênue linha que sustenta e separa, de um lado, as possibilidades para uma condição humana

⁵ Efraín González (1933-1965) foi um bandido colombiano, cuja performance durante o período conhecido como La Violencia (1948-1958), o fez ser até hoje um dos bandidos mais conhecidos, respeitados e violentos da história do banditismo colombiano. Tal qual Lampião, González faz parte da memória cultural de seu povo.

perversa e, do outro, as consequências de uma sistema desigual que favorece o surgimento do Banditismo enquanto método (mesmo que primitivo) de luta pela equidade social, as discussões a seu respeito não parecem infrutíferas; e não nos cabe, então, avaliar em que ponto os arquétipos escolhidos por Hobsbawn e seus conceitos demonstram ou não tolerância e parcialidade ou indiferença frente a alguns fatores e, sim, direcioná-los aos *corpus* de estudo de nosso trabalho: o Cangaço e os cangaceiros frente às apresentações em livros didáticos.

Diante os objetivos declarados, concluímos que o Cangaço não foi uma forma característica de Banditismo Social, como afirmam repetidamente uma variedade de estudos facilmente encontrados em qualquer pesquisa rápida pela internet. A princípio, a essa forma de Banditismo cabe um valor de responsabilidade social (consciente ou inconsciente) que determina as ações de seus partícipes, uma vez que “por sua natureza o Banditismo Social desafia a ordem estabelecida da sociedade de classes e o governo político em princípio, quaisquer que sejam suas concessões a ambos na prática” (HOBBSAWN, 2015, pág. 143), e até aqui o cangaceirismo muito bem se encaixa; entretanto, se o Bandido Social está inerente a um estado de contenção da violência, de matar apenas em casos de vingança ou legítima defesa, de retornar a sua comunidade como cidadão honrado e de tirar dos mais abastados para se solidarizar com os menos afortunados (HOBBSAWN, 2015, pág. 73-74), o Cangaço e muitos de seus integrantes não cumpre o perfil estabelecido.

O próprio Hobsbawn ressaltou que algum cangaceiro tenha sido conhecido pelos seus métodos à *lá* Robin-Hood, sendo exemplo de Bandido Social, enquanto outro tenha se destacado na categoria Vingador e, a exemplo de Lampião, possa-se também ter uma imagem ambígua:

Entre os cangaceiros do Nordeste do Brasil havia aqueles que, como o famoso Antônio Silvino (1875-1944), ativo como líder em 1896-1914, são lembrados, principalmente por suas boas ações, e outros, como Rio Preto, que se tornaram conhecidos pela crueldade. Contudo, num sentido amplo, a “imagem” do cangaceiro combina os dois tipos (HOBABAWN, 2015, pág. 94).

E não podemos deixar de lembrar que essa percepção a respeito de Virgulino Ferreira da Silva adveio de canções, poemas e folhetos, não havendo fortes indícios que a comprovem:

Não é fácil dizer se devemos considerar esses monstros públicos como uma variedade especial do Banditismo Social. O universo ético a que pertencem (ou seja, aquele que é expresso nas canções, poemas e nos folhetos de feiras) contém tanto os valores do “ladrão nobre” quanto os do monstro (HOBSBAWN, 2015, pág. 94).

Sendo assim, consideramos que uma ou outra exceção como o citado Antônio Silvino não nos serve para classificar o Cangaço como Banditismo Social, posto que sua imagem não representa unanimidade nem sequer uma multiplicidade considerável de cangaceiros.

É-se importante, face ao exposto, não deixarmos de informar que o cangaceirismo foi uma forma de Banditismo. Quanto à sua especificidade, não é sumariamente dever deste estudo.

Por outro lado, complementamos que, para além de Banditismo Social, o Cangaço é também frequentemente, e muitas vezes irresponsavelmente, descrito como Fenômeno Social, Movimento Social e Revolução Social, de igual modo não se deixando evidenciar o que exatamente se está dizendo quando o tratam de tais formas. Em consequência disso, abaixo serão apresentados apontamentos escurecedores sobre o assunto.

2.2. O Cangaceirismo segundo terminologias teóricas

Ao estudarmos o Cangaço e seu impacto na história do Brasil e, claro, principalmente do Nordeste, notamos uma substancial facilidade em nos deparar com pesquisas recentes em que o é descrito como Movimento Social e, muitas vezes, atrelado também aos conceitos de Banditismo Social e Fenômeno Social, como se os termos estivessem para um sinonímia tão absoluta que os conceituar ou, ao menos, dar-lhes as devidas características não fosse fundamental antes de atribuí-los a qualquer ação coletiva.

Dito isso, o Fenômeno Social é explicado pela professora Larissa Rocha (2021) para o site Descomplica como “um acontecimento social que envolve comportamentos, ações e situações observadas na vida social” e “costumam ser ligados a uma determinada época, deixando de acontecer com as mudanças na estrutura social”. A professora ainda complementa:

Fenômenos sociais são acontecimentos que interferem na sociedade, que afetam os indivíduos na sua posição como sujeitos. Ou seja, as relações, os conflitos e os acordos entre os indivíduos em comunidade. Dessa forma, mesmo o fenômeno social ocorrendo na vida de um indivíduo, ele não é um fenômeno social apenas por isso. É necessário que os fenômenos extrapolem a individualidade e tenham efeitos coletivos, que sejam observados no grupo ou comunidade (ROCHA, 2021).

Com base nas observações acima, não nos restam dúvidas para afirmar que o Cangaço pode ser lido como um Fenômeno Social, de modo que, mesmo quando iniciado individualmente, rapidamente atingiu um alcance coletivo provavelmente inimaginado, da mesma maneira que obteve efeitos coletivos tão impensados quanto.

Também é corroborativo que o cangaceirismo ficou marcado no tempo. Impedido de atravessá-lo (no moldes de suas práticas), o Cangaço teve sua origem, ascensão e queda, fato que não se deu tão somente pela prisão e morte de seus membros, mas também, e talvez mais efetivamente por isto: pelas mudanças ocorridas na estrutura da sociedade, a exemplo da difusão do capitalismo industrial, como também da efetiva e cruel reação do Estado e das volantes à população que dava apoio a Lampião; e outro motivos, não o fosse assim, a morte do cangaceiro Corisco (1940), logo após Lampião (1938), não teria definido seu fim, dado que provavelmente outros nomes se estabeleceriam.

Quanto a ser um Movimento Social, em uma análise de como se têm sido realizadas as pesquisas a respeito do Cangaço, por exemplo, a pesquisadora Marianne L. Wiesebron (1996, pág. 427) é incisiva em declarar que mesmo podendo haver alguma importância quanto ao papel do bandido nas transformações societárias, sua performance parte do local de pessoa ativa e não de um idealizador manifestante, sendo, portanto, sua atuação muito modesta; logo, “o próprio banditismo não forma um Movimento Social, mas pode ser revolucionário” (WIESEBRON, 1996, pág. 427) e, mais que isso, ainda que podendo ser revolucionário, estudos com relação a Hobsbawm, apontam que

politicamente os bandidos não possuíam condições de oferecer uma alternativa real ou um projeto de vida aos camponeses, da mesma forma que a figura ambígua dos cangaceiros em relação aos coronéis e pobres que atuavam dentro de uma estrutura social e política às margens dos poderosos e não em oposição a ela, acaba por limitar o potencial revolucionário desses bandos (DIAS; SORAYA, 2021, pág. 9-10).

Conceituar a terminologia Movimento Social, de modo que seja precisa perante a historiografia é trabalho árduo, posto que pouco os historiadores têm mostrado interesse no conceito, embora o usem com frequência (inclusive para descrever o Cangaço), além de o termo gerar efeitos polissêmicos, podendo se referir a uma extensa gama de ações coletivas e ser definido de diferentes formas a depender do juízo que se quer aplicar a determinadas ações, bem como do entendimento de quem o descreve e, até mesmo, a partir de onde e quando são geradas as definições.

Estando ciente desses fatores e da escassez de estudos que detivessem os Movimentos Sociais e seu(s) conceito(s) como protagonistas de análises teóricas, a socióloga e escritora Maria da Glória Gohn, após sistematizar, comparar, caracterizar e delinear teorias, paradigmas e tendências tocantes a Movimentos Sociais, traz-nos a seguinte descrição:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados (GOHN, 1997, pág. 251)⁶

Firmados na síntese da autora, concordamos com Wiesebron (1996, pág. 427) ao afirmar que o Banditismo por si só não constitui um Movimento Social e, por conseguinte, estendemos essa afirmação para o Cangaço.

Apesar de o cangaceirismo assemelhar-se e até fazer jus a alguns pontos – ter sido uma ação sociopolítica de caráter coletivo que se estruturou com base em determinado repertório e criador de uma identidade coletiva, por exemplo –, pelo o

⁶ Maria da Glória Gohn detém estudos mais recentes com relação às teorias e paradigmas dos Movimentos Sociais, como o *Novas Teorias dos Movimentos Sociais* (2008). No entanto, priorizam perspectivas e abordagens que possivelmente não fariam sentido para a análise de fenômenos como o Cangaço, posto que se desenvolvem a partir de ações coletivas posteriores à década de 60 e com enfoque em teorias pós o levantamento realizados em *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (1997).

que se compreende de sua historicidade, outros pontos importantes deixam de ser contemplados: à priori, pode-se ter sido constituído com base em interesses comunitários e referencial político-cultural, mas não se consolidou perante princípio de solidariedade (o que também nos levou a o distanciar do conceito de Banditismo Social), pois suas demandas serviam aos cangaceiros e seus grupos, não à parte da sociedade que dispunha dos mesmos interesses e sofria dos mesmos males; fez parte da luta política do país, mas seria difícil dizer que contribuiu para uma série de inovações e para o desenvolvimento e transformação da sociedade, às vistas de que as transformações sociais que estavam para acontecer e as que vinham ocorrendo é que mais parecem ter sido uma das origens do Cangaço, tanto que o fenômeno findou-se muito antes de poder determinar qualquer contribuição efetiva para que isso ocorresse.

Terminadas essas considerações, ainda nos cabe discutir o limitado potencial revolucionário do Cangaço (DIAS; SORAYA, 2021, pág. 10). Embora, tal qual a terminologia anterior, o conceito de Revolução seja deveras ambíguo e polissêmico, pareceu-nos mais fácil delimitá-lo com precisão em virtude de suas especificidades.

Quando as pesquisadoras Dias e Soraya (2021, pág. 9-10) discutem o papel dos cangaceiros meio ao cenário político e econômico, ressaltam o fato de que sua performance não ocorre em oposição a estrutura, tampouco com potencial suficiente para gerar uma Revolução Social capaz de oferecer uma nova formatação no modo de viver do povo pobre daquela época. Contudo, não descarta seu valor revolucionário, apenas afirma que este estava limitado pelas relações ambíguas entre os bandidos, os coronéis e a população comum.

Logo, considerando as várias descrições e usos que se fazem do termo Revolução, aqui deixamos exposto que nos interessa mais o seu caráter libertador, sua particularidade pragmática vinculada à historiografia, para não nos perdermos em idiosincrasias simbólicas, figuradas, alegóricas e/ou semânticas, entendendo que suas descrições atuais podem, além do mais, voltar-se para a ideia de Revolução enquanto mera mudança no comportamento ou funcionamento daquilo a que o vocábulo se atribui; assim como seus significados podem partir para diversas áreas, gerando novos sentidos, a exemplo de Revolução Tecnológica ou Revolução Estética.

À vista disso, do como como foi proposto pela filósofa alemã Hanna Arendt (2011, pág. 53), é possível que o que entendemos por Revolução seja o caráter transicional que resulta no nascimento de uma nova esfera, não deixando de

estabelecer a “convergência entre a ideia de liberdade e a experiência de um novo início” (ARENDT, 2011, pág. 57). E vale a ressalva, a filósofa entende que “liberdade” difere de “libertação”, ainda que esta segunda seja integrante da primeira. Para sermos precisos, usamos o exemplo do Cangaço: em toda sua trajetória, foi um modo de banditismo que cresceu alicerçado na ideia da libertação do povo, tanto da opressão daqueles que detinham o poderio quanto da exploração resultante; por outro lado, não há evidências de que o cangaceirismo tenha agido conforme uma luta pela liberdade sociopolítica do povo oprimido, e considerando não apenas, segundo Arendt (2011, pág. 60), liberdade como o fim de restrições injustificadas por sobre o direito à vida, à propriedade, à locomoção (dentre outros), pois “não constituem de maneira nenhuma o conteúdo concreto da liberdade, que [...] é a participação nos assuntos públicos ou a admissão na esfera pública (ARENDT, 2022, pág. 61), além de se acrescentar que sua própria sistemática oprimia, senão pela violência, pelo medo simbólico que esta gerava (e se confundia com respeito).

Assim, elucidamos que havia de fato um potencial revolucionário para o Cangaço, infelizmente subtraído pelas figuras ambíguas que o compunha e em virtude do modo como operava, o que, evidentemente nos leva a crer que Revolução não se resume a insurreições vencedoras (ou não), do mesmo modo que não é o caso de lhe vincular a qualquer golpe de Estado ou Guerra Civil, como escreveu Hannah Arendt (2011, pág. 63). E, além do que foi dito, o Cangaço pode ter em comum com Revolução o fato de surgir por meio da violência, assim como outras insurreições descritas a partir disso, no entanto,

a violência, tal como a mudança, não é adequada para descrever o fenômeno da Revolução; apenas quando a mudança ocorre no sentido de criar um novo início, quando a violência é empregada para constituir uma forma de governo totalmente diferente e para gerar a formação de um novo corpo político, quando a libertação da opressão visa pelo menos à constituição da liberdade, é que se pode falar em Revolução (ARENDT, 2011, pág. 64).

Por fim, dado que acabamos por introduzir neste trabalho, a partir das observações de Hanna Arendt (2011), a terminologia Guerra Civil, em seguida demonstramos como e porque entendemos que há um vínculo entre seu conceito e o cangaceirismo, ressaltando suas características mais determinantes, a fim de sanar, ao menos, qualquer grande dúvida sobre o assunto.

2.3. O Cangaço enquanto guerra civil

A cientista política Bárbara F. Walter, em seu entendimento sobre as nuances que delimitam o conceito de Guerra Civil, assim como as que o fazem surgir, afirma que

um dos melhores indicadores da probabilidade de um país viver uma Guerra Civil é o fato de estar se aproximando ou se afastando da democracia. [...] As tentativas de democratização muitas vezes incluem significativos reveses ou estagnações numa pseudoautocrática zona intermediária. E, mesmo que os cidadãos consigam conquistar a democracia plena, seus governos nem sempre ali permanecem. Aspirantes a déspotas podem reduzir ou eliminar direitos e liberdades e concentrar poder nas próprias mãos, provocando o declínio da democracia (WALTER, 2022, p. 270)⁷.

Por essa linha de raciocínio, é curioso o cangaceirismo não encontrar dentro das descrições, definições, conceituações de Guerra Civil um espaço seu, e para que se atenham sobre si os estudiosos e pesquisadores, assim como outros grandes movimentos ocorridos ao redor do mundo. Em sua palestra *O ódio no Brasil* (2012) para o instituto CPFL Cultura, por exemplo, o historiador Leandro Karnal dialoga e questiona o que nos leva a não enxergar determinadas situações do Brasil como Guerra Civil, ponderando esse conceito apenas quando nos referimos a situações históricas que ocorreram internacionalmente.

Já foi anteriormente exposto neste trabalho que o Cangaço surgiu durante uma época de muitos reveses e fragilidades democráticas e fracasso das instituições governamentais (em prol de afastar o poder político e econômico das mãos da população comum), época que bem se descreve pelo que Walter (2022, p. 270) citou como sendo uma pseudoautocracia, e logo mais chamou de anocracia – “regimes híbridos, ditos transicionais, nem autocracias absolutas, nem democracias plenas” (AUGUSTO, 2022) – que, por sinal, detém características que podem potencializar as possibilidades de conflito, uma vez que “do ponto de vista político, institucional e militar, um governo em processo de democratização é fraco quando comparado ao regime que o precedeu” (WALTER, 2022, p. 325).

⁷ Fizemos uso da abreviação da palavra “posição”, tendo em vista que muitos livros eletrônicos da plataforma Kindle, este inclusive, não possuem ou não correspondem a página em de acordo com a edição impressa do mesmo texto/livro.

Se o fator transicional quanto ao regime governamental vigente faz-se inerente a consolidação conceitual de uma anocracia, lembremos, então, que o Fenômeno Social aqui estudado culminou refletindo com o fim da República Velha:

a morte de Lampião, de sua mulher e de nove de seus auxiliares na Grotta do Angico, a 28 de julho de 1938, com a decretação do final do Cangaço nos dois anos que se seguiriam, veio a cristalizar-se em marco da extinção tardia da República Velha em nossos sertões (MELLO, 2019, pág. 8).

E, enquanto marcado pela violência, não esqueçamos que no período do Cangaço a violência, a crueldade, a iniquidade não eram unilaterais, isto é, não se expressavam apenas por parte do banditismo de Lampião e outros cangaceiros. Todo o Nordeste estava marcado pela violência não só dos bandidos, mas dos políticos/coronéis e forças policiais que, respaldadas em leis que serviam apenas para seus propósitos e proteção e manutenção de poder, encontravam justificativas para combater o cangaceirismo e qualquer objeção ao governo da forma mais truculenta possível.

Portanto, havia de um lado os cangaceiros e do outro oligarquias e forças policiais (e no meio, o povo pobre comum) duelando violentamente para que um finalmente mostrasse rendição, fator este que também corrobora para nossa percepção de Cangaço enquanto Guerra Civil, pois ela é descrita como “um caso de violência instrumental, ou seja, tem por objetivo a rendição do inimigo, podendo ser bilateral ou multilateral” (ZIMERMAN, 2009, pág. 4).

Essa repressão governamental é um dos principais fatores que Mason (2004, pág. 7), citado por Zimmerman (2009, pág. 11) registra como causa de uma Guerra Civil:

Na maioria dos casos, a ação coletiva dos rebeldes não se inicia com violência. Porém, quando o governo reage violentamente, com repressão e não-acomodação à dissidência pacífica, há uma elevação do nível de conflito; o que gera violência armada e posterior Guerra Civil (Mason 2004, pág. 7 *apud* ZIMERMAN, 2009, pág. 11).

Ainda segundo o cientista político Artur Zimmerman:

Para que haja Guerra Civil é preciso que as massas, especialmente de camponeses, sejam organizadas para a luta armada. Se não há recrutados, ou se são muito poucos, dificilmente haverá uma ação coletiva, pois esta será fadada ao fracasso e reprimida logo de início, sem chances de tomar o poder político, nem de se transformar em Guerra Civil, adquirindo a “mera” conotação de protesto. As organizações rebeldes têm de recrutar as massas

para organizar as rebeliões e tomar o Governo, ou então forçar uma secessão, na qual pleitearão independência de parte do antigo território (ZIMERMAN, 2009, pág. 10-11)

Consequentemente, não há motivos concretos e justos para não tomarmos o Cangaço como um período marcado por Guerra Civil, de modo que todas as suas características reforçam essa visão.

Por fim, uma vez tendo chegado as conclusões de que o Cangaço foi tanto um Fenômeno Social quanto Guerra Civil, descartando as possibilidades de incluí-lo como Movimento Social, Revolução Social e Banditismo Social pelos motivos e perspectivas aqui exploradas, daqui por diante nos deteremos à verificação de como o Cangaço, os cangaceiros, e Lampião principalmente, estão apresentados em alguns livros didáticos de História distribuídos à terceira série do Ensino Médio.

3. REPRESENTAÇÕES EM LIVROS DIDÁTICOS DO CANGAÇO E LAMPIÃO

É comum termos a compreensão, mesmo porque somos todos condicionados a ela, de que o Livro Didático funciona para nós como o alicerce do saber, geralmente evitando que direcionemos a ele, principalmente quando estudantes do Ensino Básico, um olhar crítico e questionador. Claro que com isso não queremos implicar que o Livro Didático não seja importante ou gerar inferências que o detenham como inverídico por sobre os temas de que trata, inclusive porque o Livro Didático

sempre foi um suporte essencial para as práticas escolares, é visto pelos professores como um manual de conteúdos selecionados que propiciam um apoio pedagógico e auxílio didático. Nessa ótica, este instrumento escolar se torna uma referência pedagógica de transmissão de conhecimento. Mesmo os professores tendo outros meios de transmissão pedagógica, o livro didático continua sendo um instrumento que forma a espinha dorsal da aprendizagem, tanto para os alunos quanto para o planejamento pedagógico do professor (SILVA, 2022, pág. 38).

No entanto, afirmamos que há sempre a necessidade de vincular os conhecimentos neles expostos a uma visão mais abrangente, menos absolutista e muito mais crítica, para que se possa compreender também que o seu papel pedagógico está contextualmente inserido, o que significa que pode, por certas vezes, exteriorizar pensamentos hegemônicos com objetivos específicos, mesmo porque a linguagem por si só compreende aspectos socioculturais e políticos, resultando em relações de poder que estão *à mercê* de quem, para quem, de onde e quando e sobre o que se fala.

Perante isso, neste capítulo apresentamos e discutimos a forma como o cangaceirismo e seus integrantes, evidentemente privilegiando Virgulino Ferreira da Silva, têm suas histórias contadas; e o que nos dizem suas formas de contar, pelo que evidenciam e pelo que deixam oculto.

Para os fins propostos, selecionamos 7 obras escolares, que perpassam os anos de 2005 ao ano de 2020, todas distribuídas para o Ensino Médio. Ressaltamos que as obras foram analisadas tão somente por sobre o tema em destaque neste trabalho, o Cangaço, não tendo sido nosso propósito efetuar análises a partir de todo seu conjunto de conteúdo. Faz-se por bem lembrar, também, que os textos originais de todas as obras estão disponibilizados nas seções destinadas aos anexos, logo que nem sempre sentimos a necessidade de trazermos suas transcrições completas.

3.1. O que nos contam os Livros Didáticos

A saber, na seleção de Livros Didáticos⁸ constam as seguintes obras: *História* (AZEVEDO; SERIACOPI, 2005), um volume único da Série Brasil; *Ciências humanas e suas tecnologias* (MURRIE, 2006), destinado ao ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos); *História: das cavernas ao terceiro milênio* (BRAICK; MOTA, 2016); *História: sociedade & cidadania, 3º ano* (BOULOS JÚNIOR, 2016)⁹; *História: passado e presente* (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016); *Moderna Plus: ciências humanas e sociais aplicadas* (BRAICK et al, 2020); *Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas* (KARNAL et al, 2020).

Desse modo, nos próximos pontos deste trabalho, para melhor didatizarmos nossas observações, separamos as obras em três subgrupos: 2005/2006, 2016 e 2020. Sabemos, no entanto, que seus textos provêm de editoras e autorias diferentes, além de que alguns ainda se diferenciam quanto à estrutura e, por isso, explicitamos aqui que tal separação dá-se apenas no intento de melhor explorarmos os seus conteúdos-tema, não havendo nenhuma intenção comparativa base, mas que possa surgir a caso de necessidade, haja vista que poderíamos elaborar comparações injustas se assim o fizéssemos.

3.1.1. O Cangaço, Lampião e os Livros Didáticos: 2005/2006

Quando exploramos o assunto Cangaço, quase sempre nos deparamos com sua contextualização destacando o poder oligárquico, presumido como a força política e econômica concentrada nas mãos de pequenos grupos (políticos, grandes proprietários de terra, famílias). É exatamente este o assunto utilizado para dar entrada ao tema principal deste trabalho no livro *História* (2005), de Azevedo e Seriacopi:

A Política dos Governadores foi pensada para garantir o controle do poder pelas oligarquias dominantes, tanto no âmbito federal quanto no estadual.

⁸ Cabe salientarmos que a seleção de livros mais recentes (2020) da editora Moderna não foi uma escolha deliberada, deu-se pela disponibilidade das obras no meio virtual pelo site da própria editora.

⁹ O livro *História: sociedade & cidadania* (2016), foi aprovado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para seu uso nos anos de 2018, 2019 e 2020, contudo, segue sendo utilizado em escolas no ano de 2022.

Entretanto, ela não foi capaz de estabelecer uma paz permanente entre grupos oligárquicos rivais em diversos Estados.
[...] Para manter-se no poder, coronéis e oligarcas contavam com seu próprios exércitos particulares. Os integrantes dessas milícias eram indivíduos armados habituados a matar: os jagunços [...] (AZEVEDO; SERIACOPI, 2005, pág. 398).

Nesse ponto, vale destacar a forma como Azevedo e Seriacopi (2005, pág. 398) descrevem os jagunços: “indivíduos habituados a matar”. E não que os jagunços não fizessem jus à descrição, mas é interessante pensar em como essa construção textual, pré-estabelecida sobre o que viriam a ser os cangaceiros, sem determinar suas origens e propósitos, dá a entender que matar é de sua natureza, é inato à sua pessoa, que o faziam mesmo antes de estabelecer relação com os coronéis e famílias oligárquicas.

Posteriormente, em um pequeno quadro, os autores (2005, pág. 398) correlacionam a existência dos jagunços com a dos cangaceiros, evidenciando que os jagunços foram primeiramente contratados para expulsar povos indígenas do sertão e, logo mais, com a seca de 1877, passaram a proteger as propriedades de invasões de retirantes famintos, não deixando de citar que, com o tempo, os jagunços “tornaram-se independentes dos fazendeiros e passaram a andar em grupos, roubando, estuprando e matando” (AZEVEDO; SERIACOPI, 2005, pág. 398).

Novamente, não existe uma contextualização adequada dos fatos, e o cangaceirismo é relegado as alcunhas generalistas de ladrões, estupradores e assassinos, mesmo que paliativamente o texto não deixe de citar que os cangaceiros, apesar de serem temidos, por alguns podiam ser considerados justiceiros (AZEVEDO; SERIACOPI, 2005, pág. 398).

Ainda nesse pequeno quadro, fala-se rapidamente que o auge do Cangaço ocorreu entre 1919 e 1927, e teve como principais nomes Antônio Silvino, Corisco e Lampião, este último tido como “o mais célebre de todos os cangaceiros” (AZEVEDO; SERIACOPI, 2005, pág. 398) e morto em uma emboscada no ano de 1938.

Agora, partindo para a obra de Felice Murrie (2006), *Ciências humanas e suas tecnologias*, é válido afirmar que a brevidade de suas colocações a respeito do tema se justifica devido a ser esta uma obra destinada ao ENCCEJA, uma prova com a finalidade de atribuir certificados de conclusão tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio.

Apesar de suas colocações serem breves, um pouco mais que as do livro anterior, Murrie (2006, pág. 23) é perspicaz no trato do fenômeno estudado. A princípio, é apresentada uma imagem do chapéu de couro usado pelos cangaceiros para, a partir dela (e outras), refletir-se sobre cultura, memória e identidade (termos que intitulam o capítulo).

Por esse caminho, ao constar do desenho do chapéu de couro, surge a questão norteadora: “Ele pode ser considerado um patrimônio histórico?” (MURRIE, 2006, pág. 24) e sua resposta: “Sim, ele é um símbolo que nos traz a memória do Cangaço” (MURRIE, 2006, pág. 24). Com isso, a autora abre espaço para explicar, de forma breve, o que foi o Cangaço:

O cangaço teve maior força no Nordeste nas primeiras décadas do século XX. Com a decadência da economia do açúcar, parte da população foi colocada em uma situação de miséria. Como forma de sobrevivência, alguns homens formaram bandos de cangaceiros que roubavam fazendas e armazéns. O mais conhecido desses bandos é o de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que atuou por mais de 20 anos a partir de 1919. Grande parte dos líderes dos bandos eram antigos jagunços (capangas) de fazendeiros, que, para caracterizar a nova situação, quebravam o chapéu de couro na frente, dando-lhe um formato original. Assim, o chapéu do cangaceiro faz referência à estratégia adotada por grupos de homens no Nordeste para lutar contra a fome. Ao mesmo tempo em que causavam medo, eram considerados pelos habitantes de algumas localidades como heróis que lutavam contra aqueles que os exploravam. Para alguns camponeses, entrar para um bando significava também poder acertar contas com aqueles que os oprimiam (MURRIE, 2006, pág. 24).

Embora com um óbvio equívoco quanto aos anos de atuação de Virgulino Ferreira da Silva e seu bando, uma vez que não atuaram por mais de vinte anos, haja vista que seu líder foi morto em emboscada no ano de 1938, é singular a forma como a autora se apropria do Cangaço e de Lampião para gerar reflexões em torno dos conceitos de Cultura, Memória e Identidade. Ainda que não os tendo definidos, o texto torna explícito que o fenômeno e a persona supracitada, meio a toda sua ambiguidade e violência aqui já exemplificadas, podem ser contextualizadas, de modo a se fazer conhecidas suas origens, distanciando-se de descrições generalistas que absurdamente tendem seu enfoque à violência de tal modo a quase declarar que o Cangaço foi apenas isso e existiu somente por isso.

Em um breve e único parágrafo, o livro sintetiza o tema considerando seguintes pontos: o auge do Cangaço se deu nas primeiras décadas do século XX; a decadência econômica levou parte da população à miséria; o cangaceirismo surgiu como uma

forma de sobrevivência; o bando de Lampião é um dos mais conhecidos; muitos líderes cangaceiros foram antigos jagunços; os cangaceiros causavam medo e eram considerados heróis por alguns; a entrada no Cangaço também ocorria em busca de vingança/justiça.

A descrição que o livro apresenta pode não estar tão próxima de ser a mais exemplar, principalmente por não trazer informações relevantes como o Cangaço ter sido um Fenômeno Social, uma forma de Banditismo ou uma Guerra Civil, é mais que apropriado afirmar a importância de se tratar do assunto por uma outra ótica que não a da violência, que põe o cangaceirismo em um lugar onde o crime é o único fator que o define; em Murrie (2006), o Cangaço tem origens para além da transição de jagunços a cangaceiros; e não se caracteriza pela crueldade de alguns ou muitos de seus integrantes, mas sim por uma luta pela sobrevivência perante o estado de abandono e miséria a qual a população foi condenada; também não se deixa esquecer que, com toda ambiguidade e discordâncias sobre o tema, o Cangaço tornou-se parte da memória coletiva do povo nordestino, integrando sua identidade e se concretizando na cultura do Nordeste como Patrimônio Histórico, uma vez evocador de uma identidade regional que atravessa a Literatura e demais outras formas de expressão da história e da própria cultura de um modo geral (BATISTA, 2012, pág. 21).

3.1.2. O Cangaço, Lampião e os Livros Didáticos: 2016

Ao lado de uma foto de Lampião e Maria Bonita, *História: das cavernas ao terceiro milênio* (BRAICK; MOTA, 2016) sintetiza em quatro parágrafos do que se tratou o Cangaço. Assim sendo, iniciam pelas seguintes palavras:

O movimento conhecido como cangaço teve início no final do século XIX, no sertão nordestino, estendendo-se até meados da década de 1940. Os cangaceiros integravam grupos armados que sobreviviam por meio de saques e pilhagens. Os primeiros bandos de cangaceiros eram contratados por coronéis para defender seus interesses. Agiam muitas vezes em conflitos que envolviam brigas entre famílias ou entre as oligarquias locais (BRAICK; MOTA, 2016, pág. 30).

No trecho acima, já se é possível notar um olhar mais atual sobre o que foi o cangaceirismo, a exemplo de a construção do texto iniciar-se inserindo o Cangaço na qualidade de “movimento”, porventura podendo ser pensado como Movimento Social.

Ainda que não se torne muito distante da forma como Azevedo e Seriacopi (2005) descrevem o Cangaço, inclusive por haver uma escolha mais sutil no uso de determinados vocábulos e construções frasais, é válido perceber que não há aqui uma correlação entre os já citados jagunços com os cangaceiros. Mais do que disso, Braick e Mota (2016, pág. 30) já trabalham na perspectiva de que jagunços e cangaceiros eram uma mesma forma inicial de banditismo, desenvolvendo-se logo mais pela não submissão a chefes locais:

No final do século XIX, formaram-se os bandos de **cangaceiros independentes**, que não se subordinavam a chefes locais. Eles eram perseguidos pelas “**patrulhas volantes**” das polícias estaduais, que agiam com brutalidade. O bando mais conhecido foi o de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Ele, sua companheira, Maria Bonita, e outros cangaceiros morreram numa emboscada em 1938, no interior de Sergipe (BRAICK; MOTA, 2016, pág. 30 – grifo nosso).

Neste segundo parágrafo, também muito corroborativo a uma visão um pouco mais atual sobre o cangaceirismo, destacamos que os autores enxergam tal fenômeno por dois vieses: o Cangaço Dependente, aquele em que os homens estavam ligados aos interesses de chefias locais (coronéis, fazendeiros, oligarquias), outrora também aqui alcunhados de jagunços; e o Cangaço Independente, no qual não há qualquer relação contratual ou de subordinação a essas chefias.

Entretanto, é perceptível o conflito existente quanto à exatidão temporal dos fatos descritos. Em um primeiro momento, diz-se que o Cangaço teve início no final do século XIX e, logo mais, também no início do século XIX formou-se essa outra configuração, o Cangaço Independente. Assim como outras obras aqui analisadas, nada se explica de que forma e o porquê do cangaceirismo ter passado por essas reformulações.

Também no recorte acima, menciona-se a existência das patrulhas volantes, as forças policiais destinadas prioritariamente a encerrar a atuação de cangaceiros, sobretudo de Lampião, além de enfatizar sua brutalidade. E o fato é que podiam ser ainda mais violentas, basta ver a forma como em Angicos (interior de Sergipe), alguns cangaceiros do bando de Lampião e o próprio foram não apenas mortos, mas decapitados. Além disso:

As forças volantes não tinham qualquer consideração com os residentes em áreas frequentadas por Lampião. Eles eram culpados por princípio. Eram sistematicamente maltratados pelos soldados, pelos oficiais e pelos

contratados que procuravam extrair deles informações sobre Lampião (VILELA, 1998, pág. 107-108).

Continuando, o livro determina que o Cangaço teve seu fim na década seguinte à morte de Lampião, quando as repressões anti-Cangaço se tornaram mais organizadas e eficientes, ademais que esse banditismo singular deixou de ser o interesse primevo dos que nele antes buscavam uma forma de sobrevivência, dado que as indústrias no Sudeste se tornaram alvo de seus anseios. E, com isso, estabelece que o Cangaço, portanto, não teve seu fim decretado concretamente pela morte de Lampião e, anos depois, de seu antigo seguidor Corisco, mas sim pela nova estrutura social-econômica que surgira, na qual as pessoas passaram a depositar suas esperanças para encontrar novos meios de sobreviver.

Contudo, como de costume, o fim do Cangaço é dado como uma peculiaridade da região Sudeste do Brasil, a partir do crescimento industrial, o que, ainda que se possa ter alguma relevância, propositadamente oculta que o governo de Getúlio Vargas (de 1930 a 1945) declarava anistia aos remanescentes do Cangaço e, com isso, muitos cangaceiros deixaram tal vida para seguir os passos das volantes nas investidas contra outros cangaceiros, e o próprio amadurecimento dessas forças tenha dado muito menos paz ao Cangaço; há estudos que, inclusive, contam sobre o descontentamento, mesmo de Lampião, com a vida no Cangaço meses antes de sua morte:

Mas antes de Lampião ser morto, o cangaço já estava sofrendo certos revezes. O próprio cangaceiro já não encontrava mais decisivas motivações para continuar naquela vida e chegou a pensar, nos derradeiros meses antes de sua morte, conforme afiança a ex-cangaceira Sila, em largar tudo e viajar para o Estado do Mato Grosso (MACHADO, 1973, pág. 159).

A autora afirma, igualmente, que a aceitação da figura feminina nos bandos de cangaceiros denotou alterações no comportamento desses homens que, agora, já não demonstravam excessivo descompromisso com o valor de viver se atirando em lutas armadas com as forças policiais (MACHADO, 1973, pág. 153).

Logo, a decadência do Cangaço não se deu por uma perspectiva tão unilateral como a que determina seu fim mediante a industrialização no Sudeste, mas tanto pela desmotivação dos cangaceiros quanto pelo amadurecimento estratégico das forças que os combatia e também corroborado pela Revolução de 30, a crise cafeeira, à

centralização do poder pelas mãos de Getúlio Vargas, o desmantelamento das oligarquias vigentes, entre outros fatores de cunho político, econômico e social.

Por fim, sem em nada se prolongar, o texto finda afirmando que para alguns historiadores o Cangaço surgiu como uma força de resistência, enquanto para outros não passou de pura ação criminosa, não havendo qualquer preocupação de cunho social. E, em uma análise decolonial do mesmo livro, sobre esse último recorte, concordamos com Silva (2022), ao afirmar que há, inerente a esse discurso, uma naturalização do contexto em detrimento de uma construção sociopolítica que favoreceu o desenvolvimento do Cangaço:

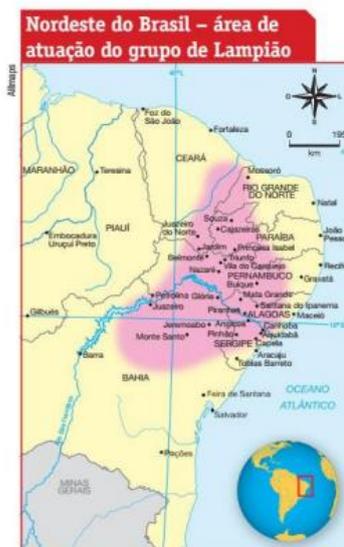
[...] verificamos uma característica bastante relevante para as epistemologias eurocêntricas, as naturalizações como forma de sujeição do sujeito, isto é, o conhecimento eurocêntrico se utiliza de um discurso hegemônico de naturalização do contexto social para explicar a realidade que lhe convém, por exemplo, no texto da referida obra é dito que devido a “existência” da fome, seca e o poder dos coronéis, o cangaço, para alguns historiadores, agia como uma resistência à essas situações. Ou seja, a palavra existência, utilizada na obra, remete a uma naturalização da situação e não algo construído socialmente, a naturalização das representações sociais provoca uma aceitação do Eu subalternizado, levando a um adestramento de corpos (SILVA, 2022, pág. 96).

No livro *História: sociedade & cidadania, 3º ano* (BOULOS JÚNIOR, 2016), a perspectiva instaurada por sobre o Cangaço é basicamente a mesma da obra anterior, pois, Boulos Júnior unicamente se diferencia na forma como seu discurso é mais preciso na delimitação datal e explana as terminologias Cangaço Dependente e Cangaço Independente.

Seu grande diferencial está na delimitação geográfica (Figura 1) que traz quanto à atuação do grupo de cangaceiros de Lampião. Anteriormente, também deixando explícito que os termos cangaceiro e Cangaço ficaram restritos ao Polígono das Secas¹⁰, no interior do Nordeste (BOULOS JÚNIOR, 2016, pág. 65).

¹⁰ Área que compreende municípios situados nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Figura 1 – Área de atuação do bando de Lampião



Fonte: *História: sociedade & cidadania, 3º ano* (BOULOS JÚNIOR, 2016, pág.65).

É notório, aliás, que diferentemente das obras antes apresentadas, esta rapidamente descreve os motivos pelos quais provavelmente Virgulino Ferreira da Silva “Lampião” acabou por se tornar o mais conhecido e famoso dentre os cangaceiros: por sua ousadia na luta contra a polícia, pela organização e duração de seu bando, por sua capacidade de fazer alianças e por ter atuado em uma extensa área do Nordeste brasileiro (BOULOS JÚNIOR, 2016, pág. 65).

Bem como já se vinha textualizando, o último parágrafo de suas observações não deixa de seguir a mesma linha de raciocínio precisa:

Lampião e seu bando agiam quase sempre com um objetivo definido: conseguir recursos para continuar no Cangaço ou vingar traições e ofensas. Para obter recursos, eles cobravam dos fazendeiros e comerciantes uma espécie de “imposto”; já quando o objetivo era vingança, espancavam e saqueavam tanto pobres quanto ricos e humilhavam autoridades ((BOULOS JÚNIOR, 2016, pág. 66).

Importantíssimo frisar que, apesar de o autor se limitar a descrever os fatos da forma como os compreende, não seria incoerente presumir que sua visão a respeito do cangaceiro e do Cangaço, mesmo que não veementemente exposta, assume uma postura que poderia passar-se por neutra, não fosse o modo como escolheu ocultar informações tão relevantes quanto o contexto no qual o Cangaço se estabeleceu, não tendo sido simplesmente a transição de uma forma de banditismo a outra.

Todavia, não deixamos de notar duas informações não menos importantes: os “impostos” cobrados pelos cangaceiros que, inclusive, por vezes serviam como salvo-

conduto para não invasão de terras e municípios; e a indistinção no trato com pobres e ricos quando o assunto era vingança.

Por fim, e mais uma vez diferenciando-se das obras anteriores, a última grande informação trazida por Boulos Júnior (2016, pág. 66) surge ao fim do último parágrafo, quando cita a decapitação dos cangaceiros pelas forças volantes. A importância da informação está para evitar-se inferir que a violência quase sempre destinada aos cangaceiros estava unicamente ligada a eles, pois, como já expomos, as equipes volantes podiam chegar a ser tão ou mais cruéis, sobretudo quando direcionadas às mulheres:

As volantes e os cangaceiros eram os principais destinos aos quais as sertanejas eram destinadas. As volantes eram muito mais cruéis com as mulheres, concebia elas como escravas, devendo-lhes total obediência, sendo assim, a vida desses corpos entregues ao mundo “carnívoro” dos homens extinguiu qualquer possibilidade de dignidade pessoal, moralmente eram submetidas às regras de seus donos, haja vista terem sido vendidas por suas famílias ou que ofereceram seus próprios corpos como forma de sobrevivência como já mencionado (SILVA, 2022, pág. 78-79 – grifo do autor).

Com essas reflexões, infelizmente, mesmo que trabalhando com informações diferenciadas, não é possível dizer que chegam sequer próximas de serem ideais, por sinal, ocultam grande parte da história do Cangaço e, como foi dito, o próprio contexto de abandono, miséria, violência policial, caos governamental, desnivelamento entre autocracia e democracia que havia se instaurado no Nordeste brasileiro.

Quanto ao próximo livro, *História: passado e presente* (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016), não parece ter havido uma grande preocupação em se estabelecer olhares mais abrangentes, precisos e justos quanto ao fenômeno aqui estudado, porquanto seu pequeno quadro sobre o cangaceirismo em quase nada difere do texto em *História* (AZEVEDO; SERIACOPI, 2005). Seriam idênticos não fosse a substituição de “passaram a andar em grupos, roubando estuprando e matando” (2005, pág. 398) por “passaram a andar em grupos ou isolados: assaltavam fazendas, sequestravam coronéis e saqueavam comboios e armazéns” (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016, pág. 58). Esta readaptação vocabular expõe uma tentativa de reformular a visão que se tem sobre o Cangaço a partir do Livro Didático ao mesmo tempo que esbarra na aparentemente não necessidade de, passados onze anos, após o surgimento de tantos estudos condizentes ao tema, ampliar-se esse conhecimento.

Faz-se, portanto, quase óbvio, tomando por consideração as obras até aqui estudadas, que decerto não existe uma inquietação, um desejo, algo que se faça valer um maior esforço para se didatizar os temas deste trabalho de forma mais séria e, até mesmo, verossimilhante se, por exemplo, páginas e mais páginas sobre uma parte tão impactante da história, especialmente para o povo nordestino, de tal modo a ultrapassar as barreiras do tempo, estão se estreitando o máximo que podem para caber em pequeníssimos textos cuja visão de seus autores e editoras configuram-se, como bem disse Silva (2022, pág. 94), em “um reducionismo e irrelevância sociocultural do fenômeno”, além de verificar “traços da colonialidade quando atribui à miséria do sertão nordestino o fator principal, se não o único, do ingresso de homens ao cangaço, bem como a violência efetuada por esse Fenômeno Social” (SILVA, 2022, pág. 94).

Quanto à vida e atuação de Virgulino Ferreira da Silva como o mais conhecido líder do Cangaço, aparentemente, o único fator que lhes interesse é sua morte e, mesmo ela, é tão pouco explorada, bastando-se geralmente expor o local e data em que ocorreram.

3.1.3. O Cangaço, Lampião e os Livros Didáticos: 2020

Em uma abordagem distanciada das obras anteriores (não tanto quanto necessita), o livro *Moderna Plus: ciências humanas e sociais aplicadas* (BRAICK *et al*, 2020) inicia sua proposta didática a respeito do Cangaço elucidando que o Fenômeno Social surgiu nas primeiras décadas do século XX, entre 1900 e 1940. Apesar de propositalmente ignorar que o Cangaço atravessou a linha secular, formalizando-se desde o final do século XIX e crescendo exponencialmente até atingir seu auge no século XX, nessa obra o presenciamos descrito como um Fenômeno Social.

Citá-lo de tal forma, dá ao Cangaço algum novo valor nas páginas da história, expõe sua essência enquanto ação coletiva teoricamente relevante, justo por ser esse tipo de fenômeno, como vimos no capítulo 2, seção 2.2 deste trabalho, estar ligeiramente ligado a interações significativas com a sociedade, interferindo sobre ela, seja de forma positiva ou negativa. E eis que o cangaceirismo tanto interferiu na sociedade de forma subjetiva, no modo como influenciou e influencia seus admiradores na luta contra o sistema; estrutural, se considerarmos que os investimentos em infraestrutura e comunicação em parte do Nordeste inicialmente

vieram para que grupos de volantes pudessem melhor se preparar para as investidas contra o Cangaço; e, dentre outros modos, econômico, visto que ainda hoje o cangaceirismo e seus integrantes mobilizam grandes investimentos ao redor do tema, por motivos puramente econômicos ou mesmo culturais.

Segundo a obra, ainda que não dito de tal maneira, o Cangaço foi um tipo de banditismo construído socialmente, relacionado ao sistema político, jurídico, econômico e social (BRAICK *et al*, 2020, pág. 112), mas peca ao determinar suas origens por uma formulação genérica:

De forma geral, a carestia, intensificada pelas secas constantes, a ausência do poder público, as rivalidades entre famílias, os abusos e a truculência da polícia, somados à falta de esperança e aos códigos de honra, vingança e violência do sertão, criaram um ambiente fértil para a propagação e também para a exaltação desses grupos (BRAICK *et al*, 2020, pág. 112).

E por formulação genérica entendemos a não descrição talvez um pouco mais detalhada desses aspectos junto à ocultação de situações aqui já explanadas que foram essenciais para o surgimento do Cangaço e sua consolidação.

Destinando dois de seus parágrafos a Lampião, os autores também neste ponto se diferenciam dos escritos anteriores quando acrescentam que mediante as tantas vezes que o cangaceiro venceu e enganou as forças opositoras, acabara por se tornar lenda, de modo tal a ser alvo do medo, mas também do respeito nas regiões em que fazia-se vigorar (BRAICK *et al*, 2020, pág. 112). Era de se esperar, contudo, que o fator “lenda” fosse determinante para explorar a figura do cangaceiro em seu valor cultural, mítico, literário que o faz permanecer vivo, não apenas deixando toda possibilidade descritivo-analítica para uma só pequena frase em que se diz que a vida de Virgulino Ferreira da Silva é “celebrada em verso e prosa” (BRAICK *et al*, 2020, pág. 112) no mesmo trecho em que afirma sobre as possíveis motivações que alguns jovens sertanejos tiveram para a entrada no Cangaço doravante as histórias sobre Lampião, em busca, sobretudo, “de liberdade, prestígio e fortuna” (BRAICK *et al*, 2020, pág. 112).

Já no tocante ao livro *Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas* (KARNAL *et al*, 2020), não há muito o que se possa acrescentar senão o fato de que sua apresentação do cangaceirismo indica a inclinação que os livros didáticos de História têm para com a universalização unilateral dos saberes, priorizando que um mesmo conhecimento se mantenha intacto, sem sequer passar

por uma revisão de conteúdo. E chegamos a essa conclusão ao nos depararmos com o exato mesmo texto de *História: das cavernas ao terceiro milênio* (BRAICK; MOTA, 2016), ao lado de uma mesma imagem de Lampião e Maria Bonita.

3.2. O que nos contam as histórias não contadas

Sabendo que o Livro Didático é um dos primeiros contatos que o educando tem com o conhecimento formal, tendo em vista as descrições e críticas levantadas a respeito dos livros anteriormente expostos, é nosso dever afirmar o quanto as apresentações do tema são simplistas e reducionistas, em alguns casos chegando a colaborar com a desinformação ou uma internalização equivocada/inadequada dos fatos descritos.

Entre generalizações, ausência de informação e a falta de revisão de conteúdo, o conhecimento trazido à tona por tais livros apenas intensifica uma visão despolitizante do fenômeno, não lhe imbuindo de seu real valor para a sociedade, aos poucos apagando da história do Brasil a sua importância também no âmbito sociocultural e econômico, além de desmoralizar e demonizar a imagem do Cangaço e Lampião que, mesmo com toda ambiguidade da qual se revestem, para boa parte da população nordestina representa a força desse povo e, é, por assim dizer, um dos grandes símbolos de nordestinidade do país e da luta contra o sistema de opressão que ainda impera no território brasileiro, o que nos lembra o quanto as regiões Sul e Sudeste ainda propagam a ideia falaciosa sobre a inferioridade do Nordeste e do povo nordestino.

É possível também dizer que todo esse desapego com a veracidade e extensão dos fatos ocorridos no sertão nordestino tendem a demonstrar os valores e visões do Sul/Sudeste quando sabemos que a maioria das grandes editoras, senão as únicas com relevância para a criação e distribuição de livros didáticos possuem sede nesses territórios, a exemplo das editoras Moderna, FTD, Ática, responsáveis pelos livros aqui analisados e todas com sede no Estado de São Paulo.

Com isso, não só a grande maioria do povo brasileiro é exposta a uma série de informações sistematizadas visando a construção de uma imagem de um Nordeste marcado pela precarização e violência, mas, principalmente, o povo nordestino que, senão pela dinâmica de educadores que estejam comprometidos com a verdade e

o orgulho de nossa região, estariam e estão fadados à visão colonial e eurocêntrica sobre si advinda de outros Estados.

Esse conhecimento sistematizado e reducionista não coloca, por exemplo, o Cangaço como Fenômeno Social em tudo que lhe caracteriza. Apesar de em uma das obras o termo aparecer, percebemos que não existe uma explicação preponderante do que se trata exatamente. A esse molde, também o cita como movimento, mas um movimento qualquer, deixando oculta a expressão “social” que seria um determinante para novas compreensões e reflexões sobre o Cangaço. E, como se era de esperar, tampouco o cangaceirismo é descrito como uma Guerra Civil, mesmo que tenha sido um conflito armado entre povos de uma mesma nação protagonizado pelas forças governamentais e do povo oprimido, que perdurou por décadas.

Dentre fatos e histórias não contadas, notamos também que o protagonismo de Lampião atropela outros nomes que o antecederam ou se fizeram coexistentes. Situação esta que, não deixando de ressaltar a importância e fama do cangaceiro, reflete o total descompromisso da história apresentada nos livros didáticos com a dimensão do ocorrido, logo que nomes como Jesuíno Brilhante, Jararaca, Corisco, Antônio Silvino, Zé Baiano, etc. ou são rapidamente listados ou nem citados o são. Isto sem falar em nomes como Maria Bonita, Dadá e Enedina que, quando não citadas (Dadá e Enedina) surgem à sombra de Lampião, como no caso de Maria Bonita, exteriorizando a perspectiva patriarcal, misógina e invisibilizadora que atuou antes e atua hoje por sobre seus corpos. Para Silva (2022, pág. 97) “a ciência eurocêntrica não só universaliza o conhecimento, mas também o gênero nas relações de dominação” quando trata do Cangaço expondo apenas a figura de seus homens. Aditivamente,

é necessário entender o cangaço a partir dos cangaceiros e cangaceiras que construíram junto com Lampião e Maria Bonita uma cultura específica do sertão levando em conta suas experiências com a realidade vivida. Portanto, o casal ícone do cangaço deve ter suas honrarias, porém, muitos outros e outras integrantes dos bandos também deixaram seus rastros de sangue e suor no solo árido do sertão nordestino (SILVA, 2022, pág. 97).

Reiteramos, a partir do recorte acima, que não se trata de uma disputa por protagonismo, mas da colocação justa dos fatos, desde a precisão de como se originaram e se desenvolveram até a inserção dos nomes que estiveram à frente do fenômeno, ainda que se destaque Lampião.

4. CONSIDERAÇÃO FINAIS

Se a terra é para ele inacessível, ou quando possui uma nesga de chão vê-se atezado pelo domínio do latifúndio oceânico, devorador de todas as suas energias, monopolizador de todos os privilégios, ditador das piores torpezas, que fazer, senão revoltar-se? Pega em armas, sem objetivos claros, sem rumos certos, apenas para sobreviver no meio que é o seu (FACÓ, 1936, pág. 35).

As palavras do jornalista e intelectual Rui Facó, em seu livro *Cangaceiros e Fanáticos: gêneses e lutas* (1936), são, a nível do título, a gênese para o desdobramento do Cangaço enquanto ferramenta de luta armada contra seus opressores. Apesar de seus ditos não poderem e, provavelmente não pretenderem, justificar o Cangaço, sabendo-se que o fenômeno refletiu diversas atrocidades, Facó nos faz pensar em que escolhas tinham os homens do sertão nordestino defronte os fatores citados pelo autor.

Não podemos esperar ou considerar que diante o contexto apresentado, o povo nordestino permanecesse se submetendo pacificamente à opressão, à exploração, à tomada de seus direitos enquanto seres humanos livres... enquanto seres humanos.

Em consequência disso, este trabalho não pretendeu o levantamento de julgamentos quanto ao desenvolvimento do cangaceirismo, embora não deixemos jamais de ressaltar a violência gerada pelos nomes a ele vinculados.

Dito isto, neste trabalho, procuramos delimitar o lugar que ocupa ou poderia ocupar o Cangaço e seus integrantes no meio teórico para, somente a partir de então, podermos nos deter a uma análise precisa e respaldada da apresentação do fenômeno e da figura de Lampião em livros didáticos

Recapitulando, no segundo tópico principal, enquanto refletíamos e realizávamos uma análise do Cangaço e, por vezes, de Lampião, concluimos que o Cangaço não deve, segundo nossas pesquisas, ser considerado uma forma de Banditismo Social, pois não cumpre com os determinantes equivalentes listados pelo próprio Hobsbawm (1983/2015). Se, por um lado, Lampião e o Cangaço surgiram perante a iminência de revolta e vingança, por outro, seus passos adentraram caminhos deveras sombrios em uma guerra pelo poder que atingia sobretudo pessoas inocentes. E, como sabemos, o Cangaço não apresentou qualquer significativo compromisso com as questões sociais que supostamente defendia.

Também estabelecemos que, à medida que o cangaceirismo tornou-se uma ação coletiva capaz de mexer com a estrutura societária, tanto na influência subjetiva que gerava na população quanto nas práticas de afronta ao governo e as instituições legais, foi um Fenômeno Social, mas não segue os requintes necessários para ser tido com Movimento, pois, de acordo com os estudos realizados a respeito, as

ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados (GOHN, 1997, pág. 251).

De maneira semelhante, pensando os estudos sobre liberdade e libertação gerados pela historiógrafa Arendt (2011), o Cangaço não se constituía como uma Revolução Social, de modo que não foi possível constatar seu caráter de luta pela liberdade do povo oprimido, liberdade esta que em sua concretude tende para admissão dessas pessoas na esfera pública de forma representativa, havendo a possibilidade de participação ativa. Também não se pretendeu uma transformação substancial da estrutura social e seus modos de governo, bem como destacamos que também era um sistema opressor, e nenhuma Revolução Social parte do princípio da opressão daqueles a quem se pretende libertar.

No entanto, reiteramos que o Cangaço pode e deve ser tido como um período de Guerra Civil, posto que, como foi visto no decorrer deste trabalho, tratou-se de uma luta armada que, primeiro, ocorreu durante um período anocrático, em que a democracia plena não existia ao mesmo tempo que não havia uma autocracia absoluta, época marcada pela fragilidades governamentais, concentração de poder político e econômico, e ter sido um caso de que, durante uma ação coletiva de massa, considerando a luta entre povos de uma mesma nação, fez uso de violência instrumental (ZIMERMAN, 2009, pág. 4), a qual intentava a rendição de uma das partes.

Pensando também o Cangaço na qualidade de Patrimônio Histórico, discorrendo sua definição visando todo o “patrimônio documental e arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, iconográfico, oral, visual, museológico” (ORIÁ, 2008 *apud* BATISTA, 2012, pág. 19) que atestam sua historicidade e a maneira como ainda hoje se manifestam no imaginário popular através da Literatura, todas as formas de

fazer arte e os tantos estudos a respeito do fenômeno, e em virtude dos raciocínios anteriores, nosso entendimento de que deveria haver uma urgência em se tratar do assunto com mais relevância nos livros didáticos de História, apenas se expandiu e mostrou-se coerente.

O que observamos e anteriormente detalhamos foi o descaso que os autores e respectivas editoras têm para com a história do Cangaço, trazendo discussões sempre pautadas em um ótica universalista que, sendo assim, não reconhece outras visões e, tampouco, pesquisas mais atualizadas sobre o tema deste trabalho. O que se tem a respeito do Cangaço está sempre destinado à unilateralidade dos fatos, a definições reducionistas e, muitas, equivocadas, com contradições e erros óbvios às vistas de qualquer bom olhar crítico.

Quando refletimos sobre essas questões, queremos explicitar que todo esse levantamento não se trata apenas do Cangaço enquanto seu valor simbólico, mitológico, tal qual Lampião,

mas da discussão sobre uma realidade política e social inerente à característica peculiar de todo um povo, o nordestino da época. Em outras palavras, em se falando de Cangaço, o saber escolar não acompanhou o saber histórico porque isso poderia significar, entre outras coisas, transformação. Isso, desde tempos passados até os dias atuais (ALVES, 2022, pág. 29).

O saber escolar, na verdade, o conhecimento didático distribuído para se construir o saber escolar, não tem feito questão alguma de acompanhar o saber histórico no tocante à temática do Cangaço e tudo o que lhe envolve; o contexto histórico, seus participantes mais ativos além de Lampião, a figura feminina como parte integrante do fenômeno, as conceituações teóricas a seu respeito, suas etapas de desenvolvimento, o conhecimento nordestino sobre o tema (etc.), bastando-se apenas expor em três ou quatro parágrafos uma série de informações genéricas que desenham o Cangaço a partir da naturalização da miséria e violência do sertão nordestino daquela época.

O livro didático além de ser um instrumento pedagógico, ele também pode ser utilizado como documento que reflete uma época, ou seja, um documento histórico, portanto podendo ser utilizado como pesquisa acadêmica. Segundo, sendo um documento que reflete uma época, pode ser utilizado didaticamente na escola de forma crítica, propondo aos alunos fazer uma

confrontação de conhecimentos sistemáticos contidos nas obras (SILVA, 2022, pág. 41).

Por estas palavras, entendemos que o Livro Didático, especialmente ao tratar sobre assuntos tão ambíguos como o Cangaço e a personalidade histórica de Lampião, necessita de olhares extradidáticos com os quais nem sempre os educadores têm condições de arcar, o que faz com que, muitas vezes, o primeiro contato formal dos educandos com o tema seja um enumerado de informações superficiais sobre um assunto de tamanha densidade e relevância.

Principalmente quando refletimos sobre a perpetuação dessas visões simplistas na região do Nordeste, enxergamos o perigo de isentar-se a juventude de quaisquer resquícios de nordestinidade e influência cultural advinda das historicidades cangaceiras por acabarem se deparando com um didática da manipulação do conhecimento e inferiorização da memória nordestina, daí a importância de trazer tais reflexões e análises.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Genilson. **O Cangaço no Brasil: Fatos que mostram a realidade vivida por milhares de nordestinos, historiografia brasileira e nordestina e a história do Cangaço**. [s.l.]: [s.n.], 2022.
- AUGUSTO, Sérgio. Anocracia: uma palavra que define o Brasil atual. **Estadão**. 2 de outubro de 2022. Disponível em; < <https://www.estadao.com.br/alias/anocracia-uma-palavra-que-define-o-brasil-atual/>>. Acesso em: 14 de novembro de 2022.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História**. 1º ed. São Paulo: Ática, 2005.
- AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente**. 1º ed. São Paulo: Ática, 2016.
- BATISTA, Sarah Lira. **Patrimônio e região: uma leitura do cangaço como patrimônio cultural nordestino**. 2012, 25 f. TCC (Licenciatura em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande - PB.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania, 3º ano**. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2016.
- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Brecho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna Plus: ciências humanas e sociais aplicadas**. 1ª ed. São Paulo, Moderna, 2020.
- CARDOSO, Maria Abadia. Ensino de História e livros didáticos: desafios do tempo presente. *In*: 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2019, Recife. **Anais [...]** Recife: ANPUH-Brasil, 2019. pág. 1-16.
- DIAS, Natália; SORAYA, Renata. **Olhares sobre o Cangaço (1930-1990)**. 2021, 16 f. TCC (Especialização em História da Bahia) – Universidade Católica de Salvador, Salvador.
- DUTRA, Wesley Rodrigues. **Nas trilhas do “rei do Cangaço” e de suas representações (1922-1927)**. 2011, 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos: gêneses e lutas**. [s.l.]: [s.n.], 1936. (obra digitalizada)
- HOBBSAWN, Eric J. **Bandidos**. 4ª ed. Trad. Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

HOBBSAWN, ERIC J. **Rebeldes Primitivos: estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX.** Trad. Joaquim Romero Maura. Barcelona: Editorial Ariel S. A. 1983.

KARNAL, Leandro *et al.* **Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas.** 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2020.

MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. Aspectos do fenômeno do Cangaço no Nordeste brasileiro. **Revista de História**, n. 93, São Paulo, set. 1973, p. 145-174.

MORAES, Lucas A. F; VIEIRA, Marcelo D. S. **A origem do Cangaço.** Revista encontros universitários da UFC, Fortaleza, v. 1, n. 1, pág. 685, 2016.

MURRIE, Zuleika de Felice. **Ciências humanas e suas tecnologias.** 2ª ed. Brasília: MEC/INEP, 2006.

NUNES, Vitor. Bandidos como força histórica – Hobsbawm e as transformações silenciosas. **Ponta de Lança – Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura.** São Cristóvão, v. 15, n. 28, pág. 243-247, jan./jun. 2021.

REIS, Elisângela A.; BARBOSA, Rosimari B.; RODRIGUES, Elaine. A representação do índio no livro didático. *In: SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM*, v. 1, n. 1, 2021, Maringá. **Anais [...]** Maringá: UEM, 2012. pág. 1-13.

ROCHA, Larissa. Fenômenos Sociais em Sociologia. **Descomplica**, 2021. Disponível em: <<https://descomplica.com.br/d/vs/aula/fenomenos-sociais/>>. Acesso em: 06 de novembro de 2022.

SANTOS, Wesley Rangel Brasileiro dos. **Memórias de ex-cangaceiras contadas a partir de uma escrita de si.** 2014, 50 f. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

SILVA, José Hernando de Farias. **A representação do cangaço nos livros didáticos de história do ensino médio e fundamental da rede estadual de Pernambuco: uma abordagem decolonial.** 2022, 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru.

VILELA, Jorge Luiz Mattar. Operação anti-cangaço: as táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, pág. 93-116, abr. 1999.

WALTER, Bárbara F. **Como as guerras civis começam: e como impedi-las.** Trad. Berilo Vagas. Zahar, 2022. Edição do Kindle.

WIESEBRON, Marianne L. Historiografia do Cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional. **Revista Ciência & Trópico**, Recife, v. 24, n. 2, pág. 417-444, jul./dez. 1996.

ZIMERMAN, Artur. A guerra civil e seus determinantes quantitativos. **Revista Carta Internacional.** Belo Horizonte, v. 4, n. 2, pág. 3-16, set. 2009.

ANEXO A – AZEVEDO E SERIACOPI (2005)

Guerras oligárquicas

A Política dos Governadores foi pensada para garantir o controle do poder pelas oligarquias dominantes, tanto no âmbito federal quanto no estadual. Entretanto, ela não foi capaz de estabelecer uma paz permanente entre grupos oligárquicos rivais em diversos estados.

Na verdade, as disputas de poder entre os grupos oligárquicos culminaram, não raras vezes, em conflitos armados que exigiam até mesmo a intervenção do poder federal. Para manter-se no poder, coronéis e oligarcas contavam com seus próprios exércitos particulares. Os integrantes dessas milícias eram indivíduos armados habituados a matar: os *jagunços* (o nome no lado estabelece uma relação entre jagunços e *cangaceiros* no Nordeste).

Os confrontos entre grupos oligárquicos, ou entre estes e forças estaduais e mesmo federais, eram muitas vezes longos e sangrentos. Em Goiás, por exemplo, a luta entre os Caiados e os Wolneys se prolongou por vários anos; no sertão baiano, diversos conflitos envolveram o coronel Florácio de Matos e J. J. Seabra entre 1915 e 1920; já no Ceará, a luta contra o poder dos Accioly dellagrou uma guerra no sertão em 1913 (veja a seção "Passado presente" na página seguinte).

O CANGAÇO

O cangaço tem suas origens históricas por volta do século XVIII, época em que os grandes proprietários de terra do Nordeste recrutavam jagunços para expulsar os índios do sertão. A partir da grande seca que assolou a região em 1877, os fazendeiros passaram a contratar jagunços para proteger suas propriedades das invasões de retirantes famintos em busca de comida.

Com o tempo, muitos jagunços tornaram-se independentes dos fazendeiros e passaram a andar em grupos, roubando, esturpando e matando. Ficaram conhecidos como *cangaceiros*. Embora temidos, alguns eram estimados pelos sertanejos, que viam neles justiceiros capazes de enfrentar a polícia, roubar dos poderosos e desafiar as autoridades.

O auge do cangaço se verificou entre 1919 e 1927, quando cerca de 25 grupos atuaram no sertão nordestino. Um dos primeiros chefes do cangaço a ficar nacionalmente famoso foi Antônio Silvino, pseudônimo de Manuel Batista de Moraes (1875-1944). O mais célebre de todos os cangaceiros, porém, foi Virgulino Ferreira da Silva (1900?-1938), conhecido como Lampião.

Em 1938, Lampião e seu bando sofreram uma emboscada e foram mortos pela polícia no sertão de Sergipe. O último líder do cangaço foi Cristiano Gomes da Silva Cleto, mais conhecido como *Cristico*, morto pela polícia em 1940.

Veja os filmes *O cangaço* de Lima Barreto, 1953; e *Biografia de Paulo Cabral e Lino Ferreira*, 1997.

Veja os filmes *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, 1964; e *Contra e Além*, de Rosemberg Cariry, 1994.

ANEXO B – MURRIE (2006)

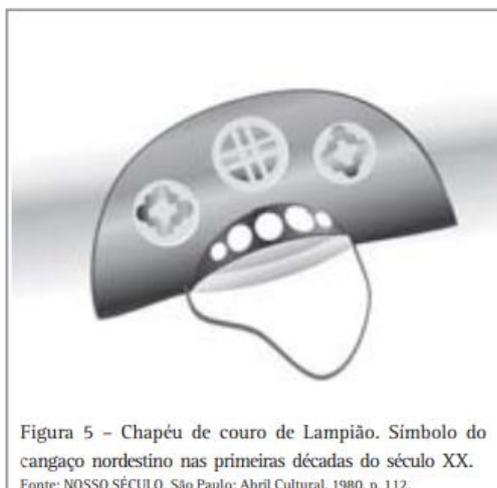


Figura 5 - Chapéu de couro de Lampião. Símbolo do cangaço nordestino nas primeiras décadas do século XX.
Fonte: NOSSO SÉCULO. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 112.

Por último, vamos analisar a imagem em que aparece o chapéu do cangaceiro. Ele pode ser considerado um patrimônio histórico? Sim, ele é um símbolo que nos traz a memória do cangaço. O cangaço teve maior força no Nordeste nas primeiras décadas do século XX. Com a decadência da economia do açúcar, parte da população foi colocada em uma situação de miséria. Como forma de sobrevivência, alguns homens formaram bandos de cangaceiros que roubavam fazendas e armazéns. O mais conhecido desses bandos é o de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que atuou por mais de 20 anos a partir de 1919. Grande parte dos líderes dos bandos eram antigos jagunços (capangas) de fazendeiros, que, para caracterizar a nova situação, quebravam o chapéu de couro na frente, dando-lhe um formato original. Assim, o chapéu do cangaceiro faz referência à estratégia adotada por grupos de homens no Nordeste para lutar contra a fome. Ao mesmo tempo em que causavam medo, eram considerados pelos habitantes de algumas localidades como heróis que lutavam contra aqueles que os exploravam. Para alguns camponeses, entrar para um bando significava também poder acertar contas com aqueles que os oprimiam.

ANEXO C – BRAICK E MOTA (2016)

COLEÇÃO FREDERICO FERREIRIANO DE MELLO



Lampião e Maria Bonita (1936). Foto de Benjamin Abrahão, publicada na *Revista Ilustrada*.

▲ 30

Cangaço

O movimento conhecido como **cangaço** teve início no final do século XIX, no sertão nordestino, estendendo-se até meados da década de 1940. Os cangaceiros integravam grupos armados que sobreviviam por meio de saques e pilhagens. Os primeiros bandos de cangaceiros eram contratados por coronéis para defender seus interesses. Agiam muitas vezes em conflitos que envolviam brigas entre famílias ou entre as oligarquias locais.

No final do século XIX, formaram-se os bandos de cangaceiros independentes, que não se subordinavam a chefes locais. Eles eram perseguidos pelas "patrulhas volantes" das polícias estaduais, que agiam com brutalidade. O bando mais conhecido foi o de Virgulino Ferreira da Silva, o **Lampião**. Ele, sua companheira, Maria Bonita, e outros cangaceiros morreram numa emboscada em 1938, no interior de Sergipe.

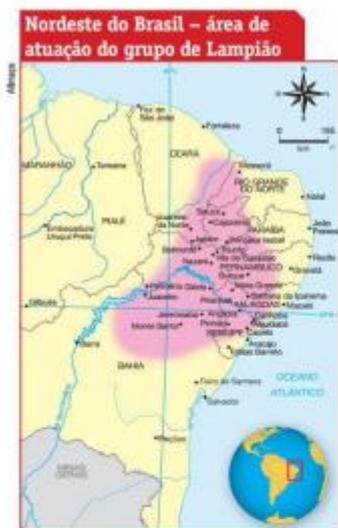
O cangaço perdeu força na década seguinte, quando o Governo Federal organizou a repressão com mais eficiência. Além disso, o crescimento das indústrias no Sudeste passou a atrair os sertanejos, que foram para a região, deixando de ver no cangaço um meio de sobrevivência.

Alguns historiadores acreditam que o cangaço foi uma forma de resistência diante dos problemas sociais e políticos existentes no sertão nordestino, como a fome, a seca e o poder dos coronéis. Para outros, porém, os cangaceiros eram criminosos e não se preocupavam em transformar a realidade local.

Revista Ilustrada, novembro de 1936. Foto de Benjamin Abrahão.

At
Ac

ANEXO D – BOULOS JÚNIOR (2016)



Fonte: RÖITMAN, Valtter. Cangaceiros. São Paulo: FTD, 2002. p. 47.

A atuação do cangaço aconteceu nas áreas de caatinga do chamado Polígono das Secas, no interior do Nordeste brasileiro. Como se vê, o cangaço independente foi um fenômeno histórico com lugar e tempo definidos.



Dica! Vídeo sobre Anésia Cauçu, líder cangaceira que lutou contra o coronelismo na atual cidade de Jequié (BA). [Duração: 6 minutos]. Acesso: <<http://tub.im/8m64q8>>.

Na fotografia de c. 1930, Maria Bonita e Lampião. Com o ingresso de Maria Bonita no bando, quebrou-se o costume antigo de os bandos de cangaceiros serem formados apenas por homens. Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião (1898-1938), chefiou o mais famoso bando de cangaceiros do Nordeste e foi chamado, por isso, de Rei do Cangaço.

Cangaceiros e cangaço

Bandos armados, obedientes a um chefe e que vivem de assaltos e saques sempre existiram. Mas os termos **cangaceiros** e **cangaço** só foram usados num espaço delimitado: as áreas de caatinga que constituem o chamado **Polígono das Secas**, no interior do Nordeste.

O cangaço, forma de banditismo peculiar que se desenvolveu no Nordeste brasileiro, variou no tempo. Do século XVIII ao final do século XIX predominou o **cangaço dependente**, assim chamado porque os bandos de homens armados viviam sob a proteção de um fazendeiro ou chefe político ao qual serviam e em cujas terras moravam. Esses cangaceiros e/ou jagunços atuavam como segurança pessoal do fazendeiro, faziam guerra aos índios ou posseiros para tomar terras e instalar fazendas de gado. Eles “pertenciam” a quem lhes pagava, como disse a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Já entre os anos de 1896 a 1940 desenvolveu-se no Nordeste outra modalidade de cangaço que, por suas características, foi chamada de **cangaço independente**: bandos armados que agiam por conta própria, sobrevivendo de assaltos e saques, sem domicílio fixo, em luta constante com a polícia (os volantes). Os líderes mais importantes dessa modalidade de cangaço foram Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino, Sinhô Pereira e Lampião. Lampião foi o mais conhecido deles por sua ousadia na luta contra a polícia, pela organização e duração de seu bando, por sua capacidade de fazer alianças e por ter atuado em uma extensa área do Nordeste brasileiro.



Dica! Programa sobre a história do cangaço, com entrevistas com a filha e a neta de Lampião. [Duração: 7 minutos]. Acesso: <<http://tub.im/szsojf>>.

Lampião e seu bando agiam quase sempre com um objetivo definido: conseguir recursos para continuar no cangaço ou vingar traições e ofensas. Para obter recursos, eles cobravam dos fazendeiros e comerciantes uma espécie de “imposto”; já quando o objetivo era vingança, espancavam e saqueavam tanto pobres quanto ricos e humilhavam autoridades. Em 1938, delatado por um coiteiro, Lampião, Maria Bonita e mais nove companheiros foram mortos e decapitados. Dois anos depois, Corisco, que sucedeu Lampião na chefia do bando, também foi morto. Sua morte marcou o fim do cangaço independente.

ANEXO E – AZEVEDO E SERIACOPI (2016)

O cangaço

O cangaço tem suas origens históricas por volta do século XVIII, época em que os grandes proprietários de terra do nordeste recrutavam jagunços para expulsar os indígenas do sertão. A partir de um período longo de seca que assolou a região em 1877, os fazendeiros passaram a contratar jagunços para proteger suas propriedades das invasões de retirantes famintos em busca de comida.

Com o tempo, muitos jagunços tornaram-se independentes dos fazendeiros e passaram a andar em grupos ou isolados: assaltavam fazendas, sequestravam coronéis e saqueavam comboios e armazéns. Ficaram conhecidos como **cangaceiros**. Embora temidos, alguns eram estimados pelos sertanejos, que os viam

como justiceiros capazes de enfrentar a polícia, roubar das pessoas ricas e poderosas e desafiar as autoridades.

O auge do cangaço ocorreu entre 1919 e 1927, quando aproximadamente 25 grupos atuavam no Sertão nordestino. Um dos primeiros chefes do cangaço a ficar famoso em todo o país foi **Antônio Silvino**, pseudônimo de Manuel Batista de Moraes (1875-1944). O mais célebre de todos os cangaceiros, porém, foi Virgulino Ferreira da Silva (1900?-1938), conhecido como **Lampião**. Em 1938, Lampião e seu bando sofreram uma emboscada e foram mortos pela polícia no sertão de Sergipe. O último líder do cangaço foi Cristiano Gomes da Silva Cleto, mais conhecido como Corisco, morto pela polícia em 1940.

ANEXO F – BRAICK ET AL (2020)

O cangaço

Ainda nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente entre os anos de 1900 e 1940, aconteceu no Brasil o auge de um fenômeno social que a população e também os estudiosos do tema consagraram pelo nome de **cangaço**. Os cangaceiros, que organizavam bandos armados, atuaram nos limites do sertão e do agreste nordestinos. Bastava a notícia da proximidade de um bando de cangaceiros para que a vida cotidiana dos povoados se alterasse profundamente. Em alguns casos, diante da proximidade ou da possibilidade de um ataque, suspendia-se o trabalho, acabavam-se as festas e até os enterros eram abandonados nos povoados.

Esse tipo de banditismo foi bastante recorrente na América Latina, com diferenças de acordo com o local. No Brasil, a ação dos cangaceiros está intimamente relacionada ao sistema político, jurídico, econômico e social do Nordeste. De forma geral, a carestia, intensificada pelas secas constantes, a ausência do poder público, as rivalidades entre famílias, os abusos e a truculência da polícia, somados à falta de esperança e aos códigos de honra, vingança e violência do sertão, criaram um ambiente fértil para a propagação e também para a exaltação desses grupos.

Entre os cangaceiros mais famosos, destacaram-se Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Ângelo Roque e Jararaca. Mas nenhum deles ganhou a notoriedade de Virgulino Ferreira, mais conhecido como Lampião. Foi por volta de 1920 que ele se tornou o principal nome do cangaço. Em sua trajetória, ludibriou e venceu as forças policiais tantas vezes que se tornou lenda. Virou objeto de temor e respeito de uma vasta região. Inserido em uma complexa rede de fornecedores, protetores e informantes, Lampião chegou a negociar com fazendeiros, autoridades públicas e até mesmo chefes políticos locais. Levou uma vida pública fora do comum.

Celebrada em verso e prosa no imaginário social, a vida aventureira de Lampião e de seu bando atraiu muitos jovens sertanejos, que ingressaram no cangaço em busca de liberdade, prestígio e fortuna. Lampião foi capturado apenas em 1938. Ele e alguns de seus homens, em combate contra a polícia, foram mortos e decapitados. A cabeça de cada um deles foi embalada e enviada para a Bahia, onde ficou exposta no Museu Nina Rodrigues até ser enterrada em 1968.

ANEXO G – KARNAL ET AL (2020)

Cangaço

O movimento conhecido como **cangaço** teve início no final do século XIX, no sertão nordestino, estendendo-se até meados da década de 1940. Os cangaceiros integravam grupos armados que sobreviviam por meio de saques e pilhagens. Os primeiros bandos foram contratados por coronéis para defender seus interesses e, muitas vezes, agiam em conflitos entre famílias das oligarquias nordestinas.

No final do século XIX, formaram-se os bandos de cangaceiros independentes. O bando mais conhecido foi o de Virgulino Ferreira da Silva, o **Lampião**. Ele, sua companheira, **Maria Bonita**, e outros cangaceiros morreram numa emboscada em 1938, no interior do estado de Sergipe.

O cangaço perdeu força na década de 1940, quando o governo federal organizou uma repressão mais eficiente. Além disso, o crescimento das indústrias no Sudeste atraiu muitos sertanejos, que deixaram o Nordeste em busca de empregos.

Alguns historiadores acreditam que o cangaço foi uma forma de resistência aos problemas sociais e políticos existentes no sertão nordestino, como a fome, a seca e o poder dos coronéis. Outros, porém, afirmam que os cangaceiros eram criminosos e não pretendiam transformar a realidade local.

Lampião e Maria Bonita, 1936.



COLEÇÃO FREDERICO FERREIRAS DE MELLO